



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO - FCAP
MESTRADO EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

JACQUES FERNANDES SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE AÇÕES SOCIALMENTE INCLUSIVAS DA
FACULDADE SETE DE SETEMBRO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR NO
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, BAHIA.**

RECIFE
2010

JACQUES FERNANDES SANTOS

UM ESTUDO SOBRE AÇÕES SOCIALMENTE INCLUSIVAS DA
FACULDADE SETE DE SETEMBRO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR NO
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, BAHIA.

Dissertação apresentada à banca examinadora do Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da FCAP/UPE, como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre, em cumprimento às prerrogativas vigentes no regimento acadêmico.

Orientadora: D. Sc. Andrea Karla Pereira da Silva

RECIFE

2010

Ao Professor Gilberto Gomes de Oliveira, por ter transformado minha vida em um universo de possibilidades, através da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo Dom da vida, pelo Amor, por ser o eixo norteador de minhas ações e existência. Obrigado Senhor!

A minha família: minha mãe, Maria Aparecida, mulher forte e guerreira, que me dotou de fé e força; meus irmãos, Jeferson e Jackeline, pela compreensão da ausência em fases tão importantes; ao meu pai Adão Fernandes, por depois de tantos anos, podermos ter redescoberto o sentido do amor, por me valorizar e aceitar-me como sou.

Ao Professor Gilberto Gomes de Oliveira, homem que mudou não apenas a minha história de vida, mas de muitos sertanejos que desejavam uma oportunidade através da educação.

A Jacson Gomes e Zuleik Oliveira, eternos padrinhos de uma história que só o tempo poderia provar que daria certo. Cheguei aqui amparado pelo amor de vocês.

A minha orientadora, Profa. D. Sc. Andréa Karla Pereira da Silva, por ser a prova de que Doutores também são seres amáveis, humanos, humildes e disponíveis, contrariando todos os mitos e sombras existentes dentro dos muros da academia. Obrigado por aceitar meu chamado, por ser antes de tudo uma amiga, por me motivar sem querer respostas, por doar um amor gratuito que resplandece durante o exercício de sua profissão. Obrigado, também, por muitas vezes, mesmo sem perceber, ter me ensinado que a família deve estar em primeiro plano. Pelo seu exemplo, aprendi a valorizar cada segundo que posso estar ao lado de meus pais.

A Iris Ceane Guedes, por transformar as idas e vindas a Recife menos exaustivas. Por sempre me receber com uma palavra de paz e atitudes simples, que valeram muito mais que qualquer bem material.

Aos familiares residentes no Recife, em especial ao meu tio Sérgio Belarmino, Renata e minha avó Judite, pelo acolhimento, por serem meu refúgio, por tentarem de todas as formas atender aos meus chamados, por não medirem esforços em colaborar com a possibilidade de uma estada cada vez melhor. Sem o apoio de vocês, este sonho não seria realidade.

Aos meus alunos, completamente “meus”, figuras de diferentes universos sociais, mas que, diante de um desafio, demonstraram energia num só coração. Vocês são o combustível para meu desempenho acadêmico e os protagonistas do futuro. Muito obrigado por terem tornado real o Projeto Criança Feliz.

A Emanuel, peça chave na construção de uma escrita agradável, culta, correta, e que acabou conquistando um espaço especial no meu dia-a-dia. A você, nobre “Manu”, meus agradecimentos, cheios de carinho, pela grande capacidade de ter se tornado alguém muito mais que especial.

Às ONG's Agendha e Agir, berço de lutas e causas sociais, minha eterna escola da vida.

A comunidade da Prainha e suas lideranças, onde juntos construímos não apenas um belo trabalho, mas uma relação de confiança e amizade.

Aos meus amigos de mestrado, por terem colaborado diretamente com meu amadurecimento humano, social e acadêmico, transformando o processo de aprendizado em uma constante rede de relacionamentos.

A toda equipe do Mestrado GDLS, em especial a Célia Ximenes, por ser muito mais que uma secretária, se transformando em uma verdadeira mãe de todos.

A UPE e FCAP, pela competência e funcionalidade enquanto órgãos públicos, mostrando que simples ações, quando funcionam, se transformam em algo além do esperado. Pelo acolhimento prestado a todos nós, advindos de diversas cidades, que buscamos em Recife a qualificação necessária para o desenvolvimento profissional e humano. Por acreditarem no modelo adotado pelo Mestrado GDLS.

Ao Professor D. Sc. Sérgio Dantas, por me capacitar nos primeiros passos para a construção da dissertação, e mostrar o lado humano da metodologia.

Aos meus amigos de trabalho da Assessoria de Comunicação da Fasete, por manterem todos os compromissos em dia, quando precisei estar ausente.

A Cinthya Mattosinho, coordenadora do curso de Bacharelado em Administração da Fasete, por colaborar, sempre que possível, com o meu tempo disponível, realocando aulas, aprovando e apoiando projetos.

A todos que torceram e me motivaram em cada passo durante o Mestrado.

A Pernambuco, por ter feito filho seu um baiano, por me encantar com sua culturalidade, com a determinação de seu povo, o arrojo de seus empreendimentos e a coragem para vencer os desafios. Sentirei saudades dos dias vividos intensamente nesta terra.

"Deixe quem desejaria mudar o mundo primeiro mudar a si mesmo."

Sócrates

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior – IES aparecem no cerne da discussão em torno da capacidade destas atuarem, efetivamente, como protagonistas do processo de transformação social e colaboradoras da real melhoria para o desenvolvimento local, agindo e contribuindo diretamente na vida de comunidades, viabilizando alternativas de desenvolvimento social através da integração com organizações do Terceiro Setor, numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar. Nesse tocante, a presente pesquisa se propõe à subsidiar a construção de uma ferramenta de desenvolvimento local sustentável através de ações concretas de pesquisa e extensão utilizando-se do estabelecimento de parcerias sociais entre IES, ONG's e comunidade, que possa ser aplicada e estimulada nas mais variadas instituições do país. O estudo baseia-se na visão das parcerias sociais mobilizadas entre Instituições de Ensino Superior, Terceiro Setor e Comunidade que podem se constituir em fator transformador para elucidação de problemas sociais em caráter local, colaborando diretamente com ações simples e impactantes, que criam um ambiente favorável ao cumprimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, e se consolida como alternativa viável ao DLS. O estudo aborda a implantação de projetos de extensão e intervenção praticados por discentes do curso de Administração da Faculdade Sete de Setembro na comunidade da Prainha, localizada no município de Paulo Afonso, Bahia, a partir do método de pesquisa que permite um entrelaço de vivências entre todos os sujeitos participantes do processo. Por fim, as ações implantadas se consolidam como ferramenta para o desenvolvimento local sustentável da comunidade, apresentando resultado e quantificadores que demonstram a eficácia da intervenção social. Ainda, traz uma proposta para implantação do Núcleo de Pesquisas Sociais da Fasete, como agente de continuidade às ações desenvolvidas e órgão fomentador de novos estudos no campo das ciências humanas e sociais aplicadas.

Palavras-chave: parcerias sociais, intervenção social, instituições de ensino superior, terceiro setor.

ABSTRACT

The Higher Education Institutions - HEI appear in the core of the discussion around the capacity of acting effectively as protagonists in the process of social transformation and as improvement institutions of the real contributors to local development by acting directly on the lives and contributing to communities, enabling alternative social development through integration with third sector organizations, at inter, multi and transdisciplinary. In this regard, this study proposes to subsidize the construction of a tool for local sustainable development through concrete actions of research and extension using the establishment of social partnerships between HEI's, Non-governmental organizations - NGO's and community, which can be applied and stimulated the most various institutions. The study is based on the vision of social partnerships mobilized between Higher Education Institutions, Third Sector and Community can become a transforming factor for elucidation of social problems in local character, working directly with simple actions and impacts, which create a favorable environment the performance of the triad teaching, research and extension, and established itself as a viable alternative to local sustainable developmente - LSD. The study addresses the implementation of extension projects and intervention performed by students from the Faculty of Administration on Fasete in the community of Prainha, located in Paulo Afonso, Bahia, from the action research method that allows an Webbing of experiences between all subjects participating in the process. Finally, the paper proposes the implementation of the Fasete Center for Social Research as an agent of continuity to the actions developed and developers of new studies in the field of humanities and social sciences applied.

Keywords: social partnerships, social intervention, institutions of higher education, third sector.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: pontos positivos coletados entre alunos envolvidos no projeto piloto. _____	34
Tabela 2: pontos negativos coletados entre alunos envolvidos no projeto piloto. _____	34
Tabela 3: distribuição das organizações sociais identificadas por Macrozonas. _____	81
Tabela 4: comparativo realizado pela equipe da ONG Agendha. _____	82
Tabela 5: número de entidades sociais mapeadas na pesquisa desenvolvida pelos estudantes da FASETE, divididas nas macrozonas estabelecidas pela Agendha. _____	83
Tabela 6: aspectos sobre qualificação e capacidade de gestão das entidades sociais mapeadas em Paulo Afonso. _____	84

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: localização do município de Paulo Afonso – BA. _____	21
Figura 2: cânion do São Francisco. _____	22
Figura 3: complexo hidroelétrico. _____	22
Figura 4: imagem de satélite com a exata localização da comunidade Prainha na zona noroeste do município de Paulo Afonso – BA. _____	25
Figura 5: área do bairro (rua da Brita) atingida pela pavimentação em 2004. _____	27
Figura 6: trecho da rua da Brita onde se iniciou o processo de saneamento, sendo necessário desfazer parte da pavimentação. _____	27
Figura 7: trecho final da rua da Brita sem urbanização, com esgoto aberto direto para o rio São Francisco. _____	27
Figura 8: mesmo trecho da rua da Brita apresentado na Figura 7 demonstrando que a urbanização e saneamento não chegaram a todos os pontos do bairro. _____	28
Figura 9: fachada da Faculdade Sete de Setembro. _____	29
Figura 10: fachada da ONG Agendha. _____	31
Figura 11: projeto Bodega, da esq. para direita: Baptista, Adeilza e Jacques. _____	32
Figura 12: estudantes do projeto Administradores Sociais reunidos no ponto de encontro (quiosque do biruta no bairro Senhor do Bonfim) para primeira visita <i>in loco</i> . _____	36
Quadro 1: combinações resultantes da conjunção entre o público e privado. _____	47
Figura 13: proposta de modelo de gestão aplicada ao Terceiro Setor. _____	70
Figura 14: hierarquização das decisões financeiras. _____	71
Figura 15: mapa para visualização gráfica das Macrozonas determinadas por Aroucha. _____	81
Figura 16: crianças passam dia nas ruas. _____	88
Figura 17: lixo e animais livres no bairro. _____	88
Figura 18: levantamento de aspectos sociais pertinentes às 46 famílias mapeadas. _____	88
Figura 19: prédio da antiga creche do bairro alugado para moradia, com o terreno já cercado por plantas, matagal e lixo. _____	89
Figura 20: área ao lado da antiga creche destinada para ampliação. _____	94
Figura 21: fase de construção da área de ampliação. _____	94
Figura 22: a antiga creche em fase de reforma. _____	95
Figura 23: estudante no dia da pintura. _____	96
Figura 24: estudantes preparam lanche. _____	96
Figura 25: dia da entrega da creche. _____	96
Figura 26: estudantes fazem brincadeiras. _____	96
Figura 27: vista externa da creche após reforma. _____	97
Figura 28: esquema estrutural (organograma) para o NUPESF. _____	107
Figura 29: proposta de logomarca (identidade visual) para o NUPESF. _____	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAPES – Comissão de aperfeiçoamento de pessoal para o ensino superior
CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
CERSPA – Centro Evangélico de Recuperação Social de Paulo Afonso
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLT – Consolidação das leis
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq – Conselho nacional de pesquisa
CPEX – Conselho de pesquisa e extensão
CREA/BA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia
DEAM – Delegacia Especial de Apoio à Mulher
DLS – Desenvolvimento Local Sustentável
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ESFL – Entidades sem fins lucrativos
ESSETE – Espaço Social Sete de Setembro
FAPESB – Fundação de apoio e amparo à pesquisa do estado da Bahia
FASETE – Faculdade Sete de Setembro
FCAP – Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco
FCC – Fundação Carlos Chagas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNDAME – Fundação de amparo ao menor de Paulo Afonso
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBAMA – Instituto brasileiro de amparo ao meio ambiente
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto nacional de pesquisas educacionais
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NETS – Núcleo de estudos do Terceiro Setor

NUPESF – Núcleo de Pesquisas Sociais da Fasete
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSETE – Organização Sete de Setembro
PDI – Plano de desenvolvimento institucional
PMPA – Prefeitura Municipal de Paulo Afonso
SEIDU – Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
SESES – Secretaria de Serviço Social
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
TS – Terceiro Setor
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UPE – Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.	14
2	OBJETIVOS.	17
2.1	OBJETIVO GERAL.	17
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.	17
3	METODOLOGIA.	18
3.1	DESENHO DE ESTUDO E COLETA DE DADOS.	18
3.2	<i>LOCI</i> DE PESQUISA.	20
3.2.1	A cidade de Paulo Afonso.	21
3.2.2	A comunidade da Prainha.	24
3.2.3	A Faculdade Sete de Setembro – FASETE.	28
3.2.4	A Ong Agendha.	30
3.3	O PROJETO DE EXTENSÃO.	33
3.3.1	Seleção e preparação dos discentes.	35
3.4	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.	37
3.4.1	Análise documental.	39
3.4.2	Análise de conteúdo.	40
4	FATORES MOTIVADORES À PESQUISA.	41
5	REFLEXÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR.	44
5.1	ORIGEM E HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR E AÇÕES SOCIAIS.	44
5.2	EQUALIZAÇÃO CONCEITUAL: ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR.	45
5.3	CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES JURÍDICOS E SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR.	50
5.3.1	Definição de terceiro setor segundo critérios jurídicos.	51
5.3.2	Definição de terceiro setor segundo categoria ou o subgrupo.	52
5.4	DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.	53
6	LEGISLAÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR NO BRASIL: LEI 9.790/99 E ECONOMIA SOLIDÁRIA.	56
7	EMPREENDEDORISMO SOCIAL.	66
8	MODELOS DE GESTÃO APLICADOS AO TERCEIRO SETOR.	69
9	ANALISANDO EXEMPLOS DAS PRÁTICAS DE GESTÃO EM AÇÕES SOCIAIS: UMA INTEGRAÇÃO ENTRE TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO SOCIAL.	73
10	PARCERIAS SOCIAIS: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TERCEIRO SETOR.	76
11	TERCEIRO SETOR EM PAULO AFONSO: RELATOS E EXPERIÊNCIAS.	80

12	CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PROJETO CRIANÇA FELIZ E DIAGNÓSTICOS NA COMUNIDADE DA PRAINHA.	87
13	AÇÕES DE INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE DA PRAINHA.	91
14	AÇÕES DE CONTINUIDADE E CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO CRIANÇA FELIZ PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.	99
15	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISAS SOCIAIS DA FASETE – NUPESF.	105
15.1	JUSTIFICATIVA.	105
15.2	OBJETIVO GERAL.	105
15.2.1	Objetivos específicos.	106
15.3	METODOLOGIA.	106
15.3.1	Organograma – estrutura.	106
15.3.2	Plano de ação.	108
15.4	ESPAÇO FÍSICO.	109
15.5	FONTES DE RECURSOS.	109
15.6	IDENTIDADE VISUAL.	110
16	CONCLUSÕES.	112
	REFERÊNCIAS.	114

1 INTRODUÇÃO.

O fortalecimento das organizações e grupos que desenham o Terceiro Setor no Brasil apresenta-se como um fato emergente. Este movimento está diretamente ligado a vários fenômenos culturais, sociais e econômicos, entre eles, a concretização de parcerias sociais entre atores do cenário empresarial e governamental como uma alternativa viável na construção de novos caminhos para a sustentabilidade do desenvolvimento social.

Barbosa (2007, p.185) acredita que parcerias sociais são “toda forma de se estabelecer um conjunto de ações que envolvem, no mínimo, dois protagonistas e que obtém como resultado a promoção do desenvolvimento social, ou a ressocialização, de quaisquer grupos de indivíduos.”

Por convenção, as entidades sociais apresentam-se como grandes candidatas a ocuparem o papel de protagonistas, estimulando outros setores da sociedade a se engajarem num processo de transformação.

A partir de uma interpretação superficial sobre o real papel de um “fomentador social” ou da própria diversidade de entendimentos e mutações que sofre no Brasil o conceito de Terceiro Setor, diversas entidades sem fins lucrativos surgem baseadas em interesses minoritários de grupos políticos, empresariais ou de mobilizadores sociais, sem qualquer tipo de preparo e norteamento acerca das competências exigidas neste campo, não refletindo, à luz da gestão social, o significado construído por anos de evolução e estudos.

Conforme pesquisas desenvolvidas por estudantes do Núcleo de Estudos do Terceiro Setor - NETS da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e pelo Departamento de Administração da Faculdade Sete de Setembro – FASETE, em municípios interioranos, a exemplo da cidade de Paulo Afonso - BA, estes fatos são percebidos com considerável frequência.

Diante deste quadro, as Instituições de Ensino Superior – IES, que aparecem também como protagonistas do processo de transformação social, percebem a necessidade de assumir um papel direto e enfático não só diante da discussão conceitual e acadêmica, mas também na caracterização prática através das atividades extensão, em uma tentativa de combater a proliferação de conceitos idealísticos que promovam o surgimento de entidades sociais ilegítimas

Com efeito, levanta-se a discussão em torno da capacidade das IES, enquanto baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, em atuar efetivamente na elucidação deste fenômeno, e colaborar com a real melhoria e desenvolvimento local, agindo e contribuindo diretamente na vida de comunidades, viabilizando uma alternativa de desenvolvimento através da integração com organizações do Terceiro Setor, numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar.

Neste contexto algumas instituições de ensino superior mantêm projetos de pesquisa capazes de promover a discussão e desenvolvimento efetivo das Entidades Sem Fins lucrativos - ESFL através das parcerias sociais. Porém, boa parte dos projetos desenvolvidos neste sentido acaba sendo incipiente com ações que apenas caracterizam cenários, e em grande parte, incapazes de provocar desenvolvimento efetivo ou direcionar as ações transformadoras a uma realidade social local.

Sobre os debates em âmbito acadêmico, Pedrosa *et al.* (2007) defende que os estudos e pesquisas precisam, cada vez mais, transcender o cunho teórico e ser um arcabouço de ações diretas e concretas. Assim, é proposta deste trabalho a de se estabelecer como um indutor dos estudos e análises disseminados por Montañó e Barbosa (2007), obtendo através de um novo recorte, em caráter local, uma série de contribuições para a promoção e fomento do desenvolvimento local sustentável – DLS na região de Paulo Afonso, através do estudo de caso e pesquisas de extensão, para a comunidade da Prainha.

Esta pesquisa se constitui em importante documento que respaldará o resultado destas práticas, no âmbito da academia, servindo de escopo para outros pesquisadores da temática que, assim como outrora, busquem fatos *in loco* que protagonizem a mudança de postura da comunidade docente em relação a execução de atividades práticas no curso de Administração, determinantes para o estabelecimento de uma nova conduta da IES, que transcende os limites do discurso.

O estudo pretende, sobretudo, subsidiar a construção de uma ferramenta de desenvolvimento local sustentável através de ações concretas de pesquisa e extensão utilizando-se do estabelecimento de parcerias sociais entre IES, ONG's e comunidade, que possa ser aplicada e estimulada nas mais variadas instituições de educação.

Espera-se, como resultado ampliado da obra, colaborar de maneira prática para o desenvolvimento de Políticas Públicas locais que fomentem o desenvolvimento de projetos, inclusive através do governo Municipal, e subsidiar a implantação de um Núcleo de Pesquisas Sociais na Faculdade Sete de Setembro, como fruto permanente e norteador de outros estudos nesta área.

2 OBJETIVOS.

Para caracterizar e responder os questionamentos desta pesquisa apresentam-se os objetivos geral e específicos que a norteiam.

2.1 OBJETIVO GERAL.

Verificar o impacto e contribuições gerados pelo projeto de extensão “Criança Feliz” desenvolvido na comunidade da Prainha, município de Paulo Afonso - BA, pela Faculdade Sete de Setembro, através do Curso de Bacharelado em Administração, na disciplina de Gestão do Terceiro Setor, enquanto ferramenta para desenvolvimento de parcerias sociais entre IES, ONG’s e comunidade que promova o desenvolvimento local sustentável.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

- Descrever os passos e estudos trilhados no processo de idealização e execução do projeto de extensão “Criança Feliz”;
- Verificar os resultados e efeitos das intervenções promovidas pelo projeto na comunidade da Prainha;
- Verificar os resultados e efeitos auferidos à vida pessoal e profissional dos estudantes envolvidos no projeto;
- Elaborar proposta para a implantação de um Núcleo de Pesquisas Sociais na Faculdade Sete de Setembro como instrumento permanente e norteador de políticas que fomentem o desenvolvimento local sustentável.

3 METODOLOGIA.

Na tentativa de poder consolidar uma atuação direta e eminente dos estudantes de Administração da FASETE no município de Paulo Afonso, com vistas a perceber os impactos e mudanças gerados aos diversos protagonistas envolvidos no processo, e suas contribuições para o desenvolvimento local sustentável, este estudo aborda o desenvolvimento de um projeto de extensão, intitulado inicialmente de “Administradores Sociais” e já em sua fase final alterado para “Criança Feliz”, tendo como enfoque a análise, educação, mobilização de atores sociais para a consecução de efeitos transformadores na sociedade, em específico na cidade de Paulo Afonso.

3.1 DESENHO DE ESTUDO E COLETA DE DADOS.

O estudo foi desenvolvido nas seguintes linhas metodológicas: pesquisa qualitativa com abordagem de pesquisa participante (pesquisa-ação); pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo utilizando-se de observação direta assistemática, entrevista não estruturada e diário de campo.

Godoy (1995) define a pesquisa qualitativa como uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtores profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa que tem caráter qualitativo considera o ambiente como fonte direta dos dados, e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; tem o processo como foco principal de abordagem e não o resultado; analisa os dados de forma intuitiva e indutivamente através do pesquisador; não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos e tem como preocupação maior a interpretação e leitura dos fenômenos e a atribuição de resultados. (GODOY, 1995)

Neste contexto, a pesquisa-ação, que é a abordagem utilizada nesse estudo, se caracteriza por ser um método de pesquisa social na qual o pesquisador detecta um problema em seu meio laboral buscando, junto com outros atores, sua solução de problemáticas ou a verificação de hipóteses. Vergara (2007, p.49) define

Pesquisa-ação como “um tipo particular de pesquisa participante e aplicada, que supõe intervenção participativa do pesquisador na realidade social”.

Assim, a pesquisa-ação é utilizada em todas as etapas deste trabalho, por adequar-se e atender à proposta de se efetivar como modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associa atores e pesquisadores em procedimentos conjuntos de ação com vista a melhorar uma situação precisa, avaliada com base em conhecimentos sistemáticos de seu estado inicial e apreciada com base em uma formulação compartilhada de objetivos de mudança para a comunidade estudada.

A pesquisa bibliográfica que, segundo Prestes (2002, p.26) “é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações” foi utilizada para fundamentar o autor através de dados secundários dos principais escritos, leis e produções acerca dos temas que corroboram com o estudo em questão. Também foram colaboradores da pesquisa bibliográfica a consulta de revistas especializadas e meios eletrônicos, via internet, como artigos e teses das bases Cielo, Domínio Público, Scienti e Periódicos Capes.

Todavia, uma vez que a obra apresentada baseia-se especialmente em ações e experimentos desenvolvidos no âmbito do curso de Administração da Fasete, através de projetos de extensão, a pesquisa documental, definida por Lakatos e Marconi (2001, p.174) como “pesquisa onde a fonte de coleta de dados está restritamente vinculada a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” Nesse caso, serviram como escopo documental para a pesquisa:

- Relatórios técnicos produzidos pelos discentes nos Projetos Pesquisação e Administradores Sociais (em seguida alterado para Criança Feliz) desenvolvidos pela FASETE;
- Relatório do Projeto de Estudos Analíticos Sociais do Terceiro Setor na cidade de Paulo Afonso e Região, produzido pela ONG AGENDHA;
- Balanços e documentos da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso e suas secretarias de governo;
- Documentos e relatórios técnicos da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, sediada em Paulo Afonso.

A pesquisa de campo, que “consiste na observação dos fatos tal como ocorrem, espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises” (Ruiz, 1996, p.50) colabora para se manter a fidelidade e idoneidade dos dados obtidos, contando com as técnicas de observação. A observação é considerada no âmbito metodológico como importante ferramenta para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade, ajudando o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. Uma vez que o escopo desta pesquisa traz análises e vivências em uma comunidade, a observação assistemática obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade, procurando recolher e registrar os fatos sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. (LAKATOS & MARCONI, 2001)

Por conseqüência, as abordagens utilizadas nesta dissertação suscitaram a utilização de meios como a entrevista não estruturada (ou aberta), dirigida à comunidade da Prainha, e o diário de campo, amplamente utilizado pelos discentes e docente coordenador do estudo.

Minayo (1993, p.38) define entrevista não estruturada como uma “opção viável para o pesquisador que deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, extraindo maior detalhamento do assunto em questão” para descrever casos e experiências individuais, compreendendo as especificidades culturais dos sujeitos da pesquisa.

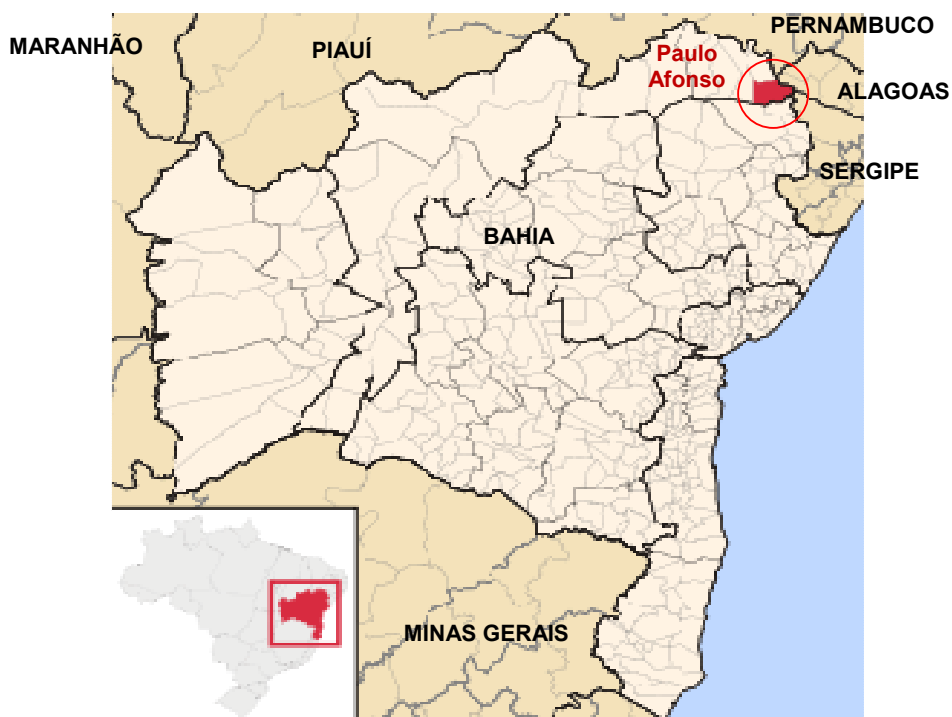
Diário de campo, para Lopes (1993) é um tipo de instrumento, considerado às vistas da metodologia científica, de alta complexidade, que permite o detalhamento das informações, observações e reflexões sugeridas no decorrer da investigação ou momento observado. É um tipo de abordagem metodológica que utiliza a observação como instrumento de coleta de dados e registro em diário de forma eletrônica ou escrita.

3.2 *LOC/ DE PESQUISA.*

Apresenta-se a seguir os espaços e sujeitos participantes da pesquisa.

3.2.1 A cidade de Paulo Afonso.

Paulo Afonso¹ está geograficamente localizada na região nordeste do estado da Bahia, latitude 9° 24' 22" S, longitude 38° 12' 53"W, em uma altitude de 243m, a 456 Km da capital do estado, Salvador, e a 444 Km de Recife, capital de Pernambuco. A cidade faz divisa com o estado de Alagoas, limítrofe ao município de Delmiro Gouveia, e Sergipe, limítrofe ao município de Canindé do São Francisco (Figura 1).



Fonte: Google Mapas – adaptado pelo autor.

Figura 1: localização do município de Paulo Afonso – BA.

De clima semi-árido e com predominância da vegetação de caatinga, é a sede da chamada Microrregião de Paulo Afonso, que engloba os municípios baianos de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Rodelas. Está hidricamente localizada na região do baixo São Francisco, sendo uma das principais cidades do *trade* turístico chamado de Vale do São Francisco².

¹ Informações disponíveis pelo IBGE, em seu portal, estimadas a partir dos últimos dados coletados no Censo de 2010 e dados geopolíticos de 2009. - www.ibge.gov.br, acessado em 14/10/2010.

² Informações disponíveis no portal da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Paulo Afonso – www.pauloafonso.ba.gov.br acessado em 14/10/2010.

Ocupa uma área de 1.573,627 km², correspondente a 0,278% da área do estado da Bahia, com uma população estimada em 106.703 habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de 64,77 hab./km². Possui o IDH médio de 0,719 pontos, considerado médio pela escala de avaliação do índice internacional, e bem posicionada se comparada a outros municípios baianos como Feira de Santana (IDH 0,740) e Alagoinhas (IDH 0,723), e superior a municípios que possuem semelhança econômica, a exemplo da cidade pernambucana de Garanhuns (IDH 0,693). Paulo Afonso tem PIB estimado em R\$ 1.256.387 e PIB per capita de R\$ 12.235,00. Seus naturais são chamados de pauloafonsinos.³

Emancipada há 52 anos, é conhecida por belezas naturais e por abrigar um dos maiores complexos de usinas hidroelétricas do país, constituído pelas Usinas Paulo Afonso I, II, III e IV sob controle da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, uma empresa do Sistema Eletrobrás – Governo Federal do Brasil (figura 2). Em sua área está localizado o Cânion do Velho Chico - considerado o maior Cânion navegável do mundo⁴, com 65 Km de extensão e profundidades entre 35 e 170 metros, sendo um dos principais pontos turísticos do *trade* (figura 3).



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 04/01/2010.

Figura 2: cânion do São Francisco.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 04/01/2010.

Figura 3: complexo hidroelétrico.

³ Com informações disponíveis pelo IBGE, em seu portal, segundo pesquisas econômicas do ano de 2005.

⁴ Segundo o Guinness World Records Brazil – 2009.

Apesar dos atrativos e aspectos positivos que caracterizam esse município, o mesmo apresenta no seu campo político-social, especialmente no que tange a disseminação de políticas públicas, segundo Aroucha (2004), grande defasagem no cerne do fomento e desenvolvimento de atividades sociais, não possuindo leis ou programas municipais de relevância neste tocante. Desde o ano de 2007 tenta estabelecer o Fórum de Políticas Públicas e Sociais, como tentativa de organizar esforços para evolução no debate, prática e ação das políticas sociais locais.

Percebe-se a carência de estudos e dados concretos que possam servir de escopo para o desenvolvimento de ações que visem o desenvolvimento de programas e implantação de políticas públicas, no sentido de favorecer a continuidade e profissionalização das atividades desenvolvidas por entidades sociais, ou mesmo para contribuir com a melhoria da realidade social local, inclusive no âmbito público.

Assim, segundo Santos (2008), diante desta realidade, organizações do Terceiro Setor atuam localmente, de forma incipiente, no sentido de amenizar os impactos sociais causados pela desassistência do poder público a uma parcela da sociedade.

Estas entidades são responsáveis por transformar os caminhos traçados por muitos destes sertanejos. Santos (2008) indica quatro entidades da localidade como mais representativas, haja vista a capacidade técnica e êxito de projetos implantados:

- Espaço Social Sete de Setembro
- ONG Agendha
- Lar da Criança Vicentina
- ONG Agir

Mesmo com o reconhecido trabalho de parte das ONG's da cidade, existe considerável número que enveredam pelo caminho contrário ao defendido pelos objetivos específicos do Terceiro Setor, que é atuar em lacunas da ação social deixadas pelo estado. (SANTOS, 2008)

A pesquisadora Sandra Margarete Santos (2008) em pesquisa de campo desenvolvida em seu trabalho de conclusão de curso e para a ONG AGENDHA, com o objetivo de delinear o perfil de várias vertentes da sociedade pauloafonsina acerca de sua visão sobre o Terceiro Setor, detectou que a população, de forma geral, reconhece a importância da atuação das entidades sociais locais e tem

conhecimento de algumas destas, mas não conseguem relatar conhecimento de projetos desenvolvidos.

A cidade possui dois centros de ensino superior presencial: um de caráter público - campus da Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Campus VIII – Centro Avançado) e um de caráter privado, a Faculdade Sete de Setembro - FASETE, que possui o curso de Bacharelado em Administração.

Ambas não possuem núcleos de pesquisa social voltados para análise e desenvolvimento de projetos locais através do Terceiro Setor. (AROUCHA, 2004).

3.2.2 A comunidade da Prainha.⁵

O bairro da Prainha é uma área de ocupação irregular nas margens do reservatório da usina Paulo Afonso IV, onde em sua borda norte, bifurcada pela rodovia BA 210, encontra-se um dos principais balneários da cidade, chamado de Prainha do Centro, fato que explica a origem do nome dado á comunidade, numa faixa de 500 metros de área inundada própria para banho e amplamente freqüentada por munícipes e turistas.

Iniciada no período entre 1989 e 1990, a invasão hoje conta com uma média 8.345 habitantes, alocados em 2.385 domicílios e 278 famílias identificadas, segundo dados da Secretaria de Serviço Social da Prefeitura de Paulo Afonso (2007) e somente foi reconhecida como bairro e aderida às escritas cartográficas e urbanas do município em 2004. (Figura 4).

A partir da Figura 4 percebe-se que a imagem de satélite obtida pelo buscador Google Earth[®] ainda não apresenta indicação de áreas e ruas no território ocupado pela comunidade, o que ocorre de maneira contrária do outro lado da rodovia BA 210, onde está localizado o Bairro Clériston Andrade, devidamente identificado com suas ruas e avenidas.

⁵ Informações obtidas na Secretaria de serviço Social – SESES e da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEIDU da Prefeitura de Paulo Afonso, obtidos através de relatórios disponibilizados e entrevistas abertas não estruturadas com os respectivos secretários. Conta também com informações agregadas de moradores e forças representativas do bairro, através de relatos em entrevista aberta não estruturada.



Fonte: Google Earth® com adaptações pelo autor da pesquisa.

Figura 4: imagem de satélite com a exata localização da comunidade Prainha na zona noroeste do município de Paulo Afonso – BA.

O bairro conta com nove ruas e ainda sofre com a falta de códigos postais e com o não mapeamento pelo IBGE, uma vez que a comunidade da Prainha ainda não aparece oficialmente nas pesquisas e censos promovidos pelo órgão. Em outras palavras, seus moradores vivem em um contexto social marginal, não possuindo um critério essencial à cidadania: um endereço.

A área de ocupação é classificada como ocupação irregular, por estar sob solo de área pertencente à União, dentro dos limites de 600 metros entre o espelho d'água e a rodovia BA 210, com 2 km de extensão junto à margem hídrica, o que é considerado tecnicamente como borda de vazão para o reservatório do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso.

Em 1991, segundo relatos da Secretaria de Infraestrutura e desenvolvimento urbano da Prefeitura municipal de Paulo Afonso – SEIDU/PMPA, quando o órgão detectou a já aparente ocupação do local, promoveu um trabalho de conscientização entre os habitantes, informando que aquela área não se destinava para moradia. Em

2000, passados quase dez anos da ocupação, a área já se caracterizava como bairro, e os moradores iniciaram as primeiras tentativas de estabelecer a Associação de Moradores da Prainha, com o objetivo principal de regularizar a ocupação junto à Prefeitura.

Segundo relatos de moradores, a consolidação da associação não chegou a se estabelecer, todavia, foram realizados dois encontros na comunidade com a participação de representantes da CHESF e Prefeitura Municipal de Paulo Afonso - PMPA.

Em consulta aos documentos disponíveis na SEIDU – PMPA, datados entre 16/06/2000 e 03/12/2000, constatou-se a realização da análise técnica da área, desenvolvida pelo órgão e assinados por dois engenheiros urbanos alocados no setor à época, onde declaram que a área de vazão do reservatório, determinada em 400 metros, não se fazia necessária, uma vez que a previsão foi documentada há mais de 60 anos, para as condições de engenharia do complexo para a época. Neste espaço de tempo, com a construção da usina de Xingó, tecnicamente, a probabilidade de inundação na localidade deixou de existir.

O documento consultado, intitulado de “Caso da Invasão Prainha”, é encerrado na página 55, onde informa que haja vista as indagações e dados levantados pela SEIDU – PMPA, diante do clamor popular, a Chesf realizaria novos estudos para a comprovação das hipóteses, e que, neste caso, a PMPA aguardaria posicionamento da companhia.

Em 2004 a PMPA realiza a primeira obra de pavimentação da comunidade (Figura 5), atingindo apenas o eixo inicial do bairro, na área ocupada entre a rodovia BA 210 e a Rua da Brita. O trecho compreende exatamente a área fora dos 400 metros de vazão estipulados. As demais áreas não foram pavimentadas.

A comunidade ainda não conta com saneamento básico, iniciado em 2009 (Figura 6) e que, não chegou a todos os pontos do bairro (Figura 7) obrigando a desfazer a pavimentação implantada em 2004. Não é atendida por rede de fornecimento de água potável, não possui posto de saúde, não possui escolas, e não é alvo de políticas públicas locais específicas que lhes contemple educação, segurança e saúde. Apesar do grande número de crianças percebido no bairro não existe creche, e estas passam boa parte do seu dia brincando nas ruas.



Fonte: Marcelo Duarte, foto em 24/08/2008.

Figura 5: área do bairro (rua da Brita) atingida pela pavimentação em 2004.



Fonte: Marcelo Duarte, foto em 16/05/2009.

Figura 6: trecho da rua da Brita onde se iniciou o processo de saneamento, sendo necessário desfazer parte da pavimentação.



Fonte: Marcelo Duarte, foto em 24/08/2008.

Figura 7: trecho final da rua da Brita sem urbanização, com esgoto aberto direto para o rio São Francisco.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 15/10/2010.

Figura 8: mesmo trecho da rua da brita apresentado na Figura 7 demonstrando que a urbanização e saneamento não chegaram a todos os pontos do bairro.

A coleta de lixo é realizada duas vezes por semana, mas segundo relatos dos moradores, por vezes é dificultada pelo fato dos caminhões não terem condições de circular por determinadas ruas, e boa parte dos resíduos são jogados nas valas do bairro, pelos moradores.

Diante deste quadro, a comunidade foi escolhida como alvo do projeto de extensão Administradores Sociais da Fasete.

3.2.3 A Faculdade Sete de Setembro – FASETE.⁶

A Faculdade Sete de Setembro – FASETE, Instituição de Ensino Superior privada, mantida pela Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda. - OSETE, com sede na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, situada à Avenida Vereador José Moreira, nº 1000 – Centro, foi constituída na forma do inciso IV do Artigo 8º do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, credenciada através da Portaria/MEC nº 206, de 25 de janeiro de 2002 (DOU–29/01/2002).

Trata-se de um empreendimento da equipe diretiva do Colégio Sete de Setembro, estabelecimento de ensino privado, fundado em Paulo Afonso no ano de 1964.

⁶ Com informações do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da Fasete – versão de abril 2008.

A OSETE se constitui na maior organização particular educacional da região na qual está inserida, oferecendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional, Educação a Nível Técnico e Educação Superior.

Conta com um efetivo de matrícula estimado em mais de 3.000 alunos, gozando de pleno conceito e preferência da comunidade. O objetivo maior do pleito de criação de uma entidade de ensino superior privada em Paulo Afonso foi de atender os anseios da população estudantil desta área.



Fonte: Assessoria de Comunicação da Fasete. Foto: Felipe Silva. Recorte: Edemilton Júnior

Figura 9: fachada da Faculdade Sete de Setembro.

A Faculdade Sete de Setembro disponibiliza cinco cursos de Graduação: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Sistemas de informação, Bacharelado em Turismo e Licenciatura em Letras – com habilitação em Português e Inglês. Também disponibiliza treze cursos em seu programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Administração Hospitalar, Análise Ambiental, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Finanças Corporativas, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Gestão de Pessoas, Gestão Empreendedora do Turismo, Gestão Empresarial, Informática Educacional, Lingüística Aplicada – Português, Lingüística Aplicada – Inglês, Literatura Brasileira e *Marketing* Estratégico.

Ambas as instituições, Fasete e Colégio Sete de Setembro, se originam a partir do Centro Evangélico de Recuperação Social de Paulo Afonso - CERSPA.

O CERSPA tem seu embrião na criação da Escola Evangélica Antônio Balbino, fundada em 11 de abril de 1955, por iniciativa do Pastor João Cartonilho e do Professor Gilberto Gomes de Oliveira, à época, inconformados com o estado de abandono e ausência de qualquer assistência do poder público à parcela da população pauloafonsina que vivia fora do acampamento operário da Chesf, aguardando uma oportunidade de emprego.

A idéia dos pioneiros era promover a inclusão social através da educação, pois acreditavam que elevando o nível de formação escolar da população excluída, estariam ampliando as chances de inserção destes no mercado de trabalho e no âmbito social.

O projeto cresceu junto com a demanda social, motivando então a fundação em 13 de abril de 1958 do CERSPA, como uma associação, pessoa Jurídica de direito privado, que assumiu a administração da Escola Evangélica Antônio Balbino, e passou a desenvolver também ações na área de assistência social.

Passados mais de 40 anos, as instituições fundam o Espaço Social Sete de Setembro que é a consolidação das ações de investimento sócio-educativas que fundamentam toda a política socialmente responsável desenvolvida pelo Colégio Sete de Setembro e Faculdade Sete de Setembro. Política esta que norteia a elaboração e o desenvolvimento de projetos que priorizam a diminuição da desigualdade social que tanto caracteriza o Brasil.

Assim, por sua origem e essência, a Faculdade Sete de Setembro já apresenta uma postura de constituição que favorece e incentiva a mesma a ocupar um papel de produtora de conhecimento, com pesquisa social e grande potencial de ser um dos grandes articuladores locais para o desenvolvimento sustentável.

3.2.4 A Ong Agendha.⁷

A AGENDHA – Assessoria em gestão de estudos da natureza, desenvolvimento humano e agroecológico, foi criada em janeiro de 2002, sob o CNPJ 05.900.819/0001-2.

⁷ Capítulo baseado em informações obtidas pelo Balanço Social 2009 – ONG Agendha.

Após análise de uma série de informações técnicas, administrativas, operacionais e políticas quanto à sua institucionalidade entre ONG e organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP, optou por atuar enquanto OSCIP. Sua sede está localizada na Rua Califórnia, Quadra C, nº. 12 – Bairro BNH – Paulo Afonso – BA (Figura 10).



Fonte: Acervo Agendha. Foto: Sebastião Carvalho Júnior.

Figura 10: fachada da ONG Agendha.

Em 08 de fevereiro de 2003, oficializou-se como Organização Não Governamental, pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Paulo Afonso-BA, atuando local, estadual, regional, nacional e internacionalmente, através da suas linhas de ações socioambientais, com uma equipe multidisciplinar de biólogos, agroecólogos, pedagogos, ambientalistas, administradores, estudantes entre outros.

A organização é inspirada nos princípios da Carta da Terra⁸ para desenvolver suas iniciativas junto às famílias agricultoras, populações tradicionais, mulheres e juventude brasileira, em especial as que vivem no Sertão do São Francisco.

⁸ A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais que parte de uma visão integrada e holística; considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos éticos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que necessitam de soluções inseparáveis. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. (AROUCHA, 2004)

É a primeira ONG do município de Paulo Afonso a atuar na perspectiva e prática socioambiental de convivência com o semi-árido e sertão. Para o desenvolvimento de suas iniciativas, a instituição conta com uma sede bem estruturada que oferece boas condições de trabalho (sala de reunião, salas de trabalhos diversos, tele-centro, biblioteca, etc.).

Atua especialmente nas áreas de educação e desenvolvimento agroecológicos, inclusão de gênero e gerações, direitos humanos, conservação e utilização sustentável da biodiversidade e agrobiodiversidade, melhoria da eficiência energética/alimentar e hídrica do semi-árido, econegócios e desenvolvimento de lideranças sociais.

Em 2007, conseguiu o título de Utilidade Pública Municipal e em 2008, o de Utilidade Pública Estadual. É também credenciada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia – CREA/BA e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA.

Em 2006, o Prof. Jacques Fernandes Santos realiza sua primeira atividade como voluntário da entidade, em conjunto com os Administradores José Baptista Sobrinho e Adeilza Santos, para o desenvolvimento do Projeto Bodega de Produtos Sustentáveis (Figura 11).



Fonte: acervo pessoal – foto em 17/08/2006.

Figura 11: projeto Bodega, da esq, para direita: Baptista, Adeilza e Jacques.

Por sua experiência em trabalhar com o desenvolvimento de lideranças sociais no âmbito comunitário, a ONG foi convidada a participar da ação de intervenção proposta pelo Projeto de Extensão Administradores Sociais da Fasete, escopo desta pesquisa.

3.3 O PROJETO DE EXTENSÃO.⁹

Os resultados exitosos obtidos com atividades de extensão, desenvolvidas em formato de projeto piloto entre março e maio de 2008 pelos estudantes do sexto período do curso de Bacharelado em Administração, e coordenados pelo Professor Jacques Fernandes, intitulado projeto “Pesquisação”, serviram de estudos preliminares e fonte de observação para que o professor coordenador pudesse, em seu início de atividade docente nas disciplinas de Marketing Social e Gestão para o Terceiro Setor, analisar o limite de interesse dos discentes pelas mesmas.

O projeto piloto do primeiro semestre de 2008 se constituiu em uma série de pesquisas e estudos de campo, realizados pelos discentes, a partir da necessidade de se obter dados atualizados sobre o Terceiro Setor em Paulo Afonso. (SANTOS, 2008)

Um dos pontos marcantes, revelados pelo projeto piloto foi o nível de envolvimento e engajamento dos alunos, o que gerou discussões de grande qualidade no âmbito da sala de aula, conforme comenta Edvalda Aroucha em trecho citado no relatório do projeto piloto (2008):

Tive o prazer de receber no dia 09 de abril de 2008 a visita de um grupo de estudantes, juntamente com Jacques, onde eles me mostravam estudos comparativos com as pesquisas desenvolvidas pela Agendha nos anos passados. Nessa visita eu confesso que fiquei encantada por ver um grupo de estudantes, tão jovens e tão engajados com a discussão do quadro social de Paulo Afonso [...] mas o que mais me impressionou foi o nível da conversa [...] eu não estava diante de simples estudantes, e sim de verdadeiros pesquisadores que sabiam exatamente cada dado que discutiam comigo, cada dado que apresentava [...] essa riqueza de informações e de base na discussão é algo que não vejo em todo grupo de graduação. (AROUCHA *in* FASETE, 2008, p. 09).

As avaliações finais feitas pelo projeto indicaram dados que confirmavam a importância de se estabelecer um projeto de extensão efetivo que promovesse a continuidade da atividade.

⁹ Este tópico é baseado em relatos e dados apresentados no relatório de atividade de extensão – Projeto Pesquisação – desenvolvido pela disciplina de Marketing Social do Curso de Bacharelado em Administração da FASETE em 2008.

Após discussões dos resultados com todo o grupo, as contribuições e a percepção deste no âmbito dos pontos positivos se destacou com grande relevância, enquanto os negativos foram denotados apenas pelo curto tempo da atividade (Tabelas 1 e 2). Na fase do projeto piloto foram envolvidos trinta e dois alunos, todos matriculados na disciplina de Marketing Social.

Tabela 1: pontos positivos coletados entre alunos envolvidos no projeto piloto.

Pontos Positivos – Avaliação Final - Pesquisação		
Ponto percebido	Quantidade Em relação ao universo de 32 alunos	Porcentagem Em relação ao universo de 32 alunos
Apresentou interesse para desenvolver as etapas da pesquisa	24	75%
Apresentou compromisso para o desenvolvimento das etapas da pesquisa	22	68,7%
Demonstrou amplo interesse pelo assunto Terceiro Setor	24	75%
Afirmou ter gostado da experiência	32	100%
Afirmou esperar que a experiência fosse continuada	32	100%
Afirmou que gostaria de ter a oportunidade de desenvolver projetos voltados para assuntos sociais	23	71,8%

Fonte: projeto piloto/Pesquisação, FASETE, março/maio 2008.

Tabela 2: pontos negativos coletados entre alunos envolvidos no projeto piloto.

Pontos Negativos – Avaliação Final - Pesquisação		
Ponto percebido	Quantidade Em relação ao universo de 32 alunos	Porcentagem Em relação ao universo de 32 alunos
Não compareceu em parte das pesquisas e encontros	2	6,2%
Não se mobilizou ou demonstrou atração pela proposta	1	3,1%
Achou curto o espaço de tempo para poder suscitar novas pesquisas	23	71,8%
Criticaram o fato do projeto ainda não ser oficialmente uma atividade de extensão	32	100%

Fonte: projeto piloto/Pesquisação – FASETE – março/maio 2008.

Assim, foi elaborada uma nova proposta para continuidade do projeto, ampliada e revisada, sendo iniciada no segundo semestre de 2008. A idéia se tornou

Projeto de Extensão atrelado à disciplina de Gestão do Terceiro Setor, aplicada à grade do sétimo período do curso de Bacharelado em Administração, sob coordenação do Prof. Jacques Fernandes Santos. O novo projeto foi intitulado Administradores Sociais.

3.3.1 Seleção e preparação dos discentes.

A proposta central do curso de extensão Administradores Sociais era abordar temas sobre profissionalização do Terceiro Setor e, em seguida, partir para uma ação proativa e prática em uma comunidade local a ser escolhida durante o curso.

A preparação de discentes teve início com um treinamento para fomentar nos discentes a intenção de desenvolver e aplicar pequenos projetos de intervenção social, de maneira que fossem avaliados como item final da disciplina em questão, abrindo uma oportunidade prática de vivenciar este tipo de atividade.

Um dos princípios fundamentais ao desenvolvimento do projeto foi a predisposição dos participantes, verificada na etapa de seleção destes: somente deveriam participar do treinamento os acadêmicos que apresentassem interesse e disponibilidade de tempo para se envolver com as ações extracurriculares. Os estudantes que optassem por não participar do projeto seriam avaliados dentro da disciplina da forma tradicional, através das aulas e exercícios escritos.

Esta metodologia abordada na atividade de extensão segue o princípio defendido pelo Instituto Elos de que, desde o início, as atitudes do grupo precisam ser proativas e frutos de uma motivação própria. A obrigatoriedade poderia impactar de maneira negativa na ação, promovendo um ambiente não propício ao cumprimento do objetivo da atividade.

Aderiram ao projeto, voluntariamente, dezenove acadêmicos dentre os trinta e três matriculados na disciplina, que durante quatro sábados no mês de agosto/2008, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, participaram de encontros com o objetivo de ampliar conhecimentos sobre liderança social e realização de projetos de intervenção, como também refletir sobre a realidade social das duas comunidades mais carentes da cidade de Paulo Afonso, segundo SMAS-PMPA: os bairros da Prainha e Senhor do Bonfim.

Concomitante a isso, nas aulas normais da grade curricular, a disciplina de Gestão do Terceiro Setor fornecia conhecimentos básicos necessários para o

desenvolvimento de ações, buscando fomentar um perfil gestor em indivíduos com capacidade de liderança.

Os encontros de formação em 4 sábados foram necessários para que o grupo também realizasse visitas *in loco* durante o segundo turno (das 14:00 às 18:00) nos bairros indicados, além de aprimoramento técnico.

Nestas visitas, foi solicitado aos acadêmicos a busca de respostas e idéias para a seguinte questão: como podemos contribuir efetivamente para a transformação da realidade social neste bairro?

Tomando este questionamento por escopo, os estudantes foram em campo na primeira visita *in loco* às comunidades (Figura 12). Seus principais instrumentos eram gravadores MP3, máquinas fotográficas, cadernos, pranchas e blocos de anotações, mas, sobretudo, a provocação de poder detectar lacunas sociais onde pudessem aplicar sua capacidade de mobilização e desenvolver uma intervenção.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 02/08/2008.

Figura 12: estudantes do projeto Administradores Sociais reunidos no ponto de encontro (quiosque no bairro Senhor do Bonfim) para primeira visita *in loco*.

De volta à IES, os discentes apresentaram os extratos das observações, com debates e exibição de fotos para caracterizar os problemas encontrados nas duas comunidades.

Por fim, escolheram a comunidade da Prainha como alvo do projeto de intervenção, a julgar pela quase total ausência de assistência social e pública para a localidade, o estado de abandono no qual viviam famílias e, principalmente, as crianças do bairro.

Desenvolveram uma proposta a ser aplicada na localidade, que provocasse mudanças, fosse duradoura, impactante e demonstrasse àqueles moradores que era preciso fazer algo por si diante da insurgência da atuação pública.

3.4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.

A análise de dados é uma etapa importante em qualquer pesquisa científica, permitindo uma correta interpretação dos resultados obtidos, tanto em trabalhos descritivos ou experimentais. De acordo com Trujillo (1974, p. 178), “análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

Para Pereira (2004) o pesquisador científico freqüentemente se vê diante do desafio de analisar fenômenos qualitativos que exigem estratégias metodológicas próprias: deve conciliar a abordagem métrica que utiliza para alguns dos atributos de seu objeto com a natureza aparentemente imponderável de outros. Assim, um dos maiores desafios desta etapa é conferir a objetividade de uma medida a um fenômeno qualitativo, enquanto seu reconhecimento já envolve um juízo subjetivo.

A análise de dados organiza essa reflexão, revendo as bases conceituais relativas à mensuração, ao processamento e à análise de eventos categóricos ou qualitativos, auxiliando o pesquisador na concepção de um referencial teórico e de uma estratégia metodológica adequados à finalidade de sua pesquisa. Neste sentido, Ludke e André (1986, p.45) corroboram que “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”.

Através das visitas *in loco* nas comunidades, entrevistas, observações e debates em sala, foi obtido um extrato substancial de informações para norteamento e delineamento das ações.

Duas vertentes foram significativas: as observações/anotações e os extratos do orientador e dos discentes.

Todas as informações colhidas na comunidade eram registradas em anotações de cada grupo dos discentes em seus diários de campo, anotações estas que se transformavam em resumos e análises do grupo, transcritos para relatórios apresentados ao projeto, que por fim se consolidaram em um único documento, chamado de relatório final do projeto. Concomitante, o professor orientador registrava as evoluções das ações, comportamentos, fatos e informações relevantes durante o desenvolvimento do trabalho em seu diário de campo, um relato escrito daquilo que viu e percebeu no caminhar da ação.

Assim, a partir dos registros e relatos, é construído um arcabouço técnico científico destas ações e observações, em conjunto com o respaldo e endossamento teórico auferido pela revisão da literatura e fatores motivadores, corroborado pelas impressões e análises admitidas ao aprofundamento do autor, em busca de entender os efeitos provocados nos espaços e sujeitos em *loci* nesta pesquisa, com vistas a formar uma opinião e prática científicas que promovam o desenvolvimento local sustentável.

Na pesquisa de campo, a primeira visita *in loco* serviu para os estudantes selecionarem a comunidade alvo do estudo, conhecendo seu panorama preliminar e aparente, sendo selecionada a comunidade Prainha.

A partir da segunda visita, os estudantes iniciaram o processo de diagnóstico da comunidade, sendo instruídos a perceber aspectos como: densidade demográfica, povoamento dos espaços, história de ocupação, relações de gênero, histórias de vida, identificação de lideranças locais, principais relatos de problemas sociais e relações com o poder público.

Os estudantes foram divididos em grupos, sendo oito duplas e um grupo de três componentes.

As equipes conversaram e mantiveram contato direto já na segunda visita com 46 famílias, selecionadas de forma casual e por conveniência dos estudantes, tomadas como amostra, sendo considerada esta amostra representativa num

universo das 278 famílias mapeadas pela Prefeitura Municipal, segundo dados da SESES. (SESES-PMPA, 2009)

Estas 46 famílias foram tomadas como primeiro ponto de ligação do projeto com a comunidade. Cada família foi listada pelos estudantes, coletando-se basicamente:

- Nome do responsável (ou responsáveis) pela família;
- Número de componentes da família, com sexo e idade destes;
- Localização da família na prainha (endereço);
- Contato (telefone, e-mail, celular) dos líderes e membros familiares.

A princípio, o desafio proposto seria verificar a aceitação da introdução do discente no ambiente familiar. Assim, os estudantes tinham que estabelecer uma relação de cordialidade e confiança com a comunidade, utilizando de escopo a famílias mapeadas. Para isso, era preciso que esta relação de confiança e cordialidade fosse alcançada primeiramente nestas famílias, explicando o objetivo do projeto e recebendo autorização para visitar sua residência em outros momentos oportunos.

3.4.1 Análise documental.

Os relatórios, documentos e obras consultadas para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados preponderantemente para obter dados que subsidiaram a informação, interpretação e o entendimento dos dados. A partir da análise documental, pode-se perceber em profundidade os aspectos colhidos na a pesquisa, com visão técnica e abrangente.

Ludke e André (1986) acreditam que a análise documental se consolida como uma das técnicas de grande importância na pesquisa qualitativa, em um dado momento complementando informações obtidas por várias técnicas empregadas em outro apresentando novos aspectos

Uma vez que os estudos apresentados nesta pesquisa são pautados em projetos de extensão, a consulta aos relatórios prévios, análises, textos, resumos, diários de campo e relatórios finais das atividades em questão, a análise documental se caracteriza como peça chave na condução deste trabalho.

3.4.2 Análise de conteúdo.

Segundo Martins & Lintz (2000, p.55) a análise de conteúdo é uma técnica utilizada para “estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa, onde busca-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto a partir dos discursos escritos e orais de seus autores.”

É largamente empregada por sua característica de adaptabilidade a vários universos e contextos: cartas, conversas, discursos, poemas, regulamentos, manuais, reportagens da televisão, etc.

Pela análise de conteúdo, também é possível auferir e subjugar questionamentos, como por exemplo: avaliar a personalidade de uma pessoa por seus escritos e relatos ou as intenções de um indivíduo com uma revisão das mensagens intuídas no produto de seu trabalho. (MARTINS; LINTZ, 2000)

Martins; Lintz (2000) apresentam três etapas no processo de análise de conteúdo:

- Pré-análise: constituindo-se na coleta e arrumação do material a ser analisado;
- Descrição analítica: etapa de análise profunda do material, verificando marcos teóricos, comparando-se com o estado da arte ou analisando fatos diante de fontes seguras e determinantes, repetindo-se quantas vezes forem necessárias, até obter várias hipóteses que sejam mutuamente excludentes;
- Interpretação inferencial: onde a partir da análise de comprovação da descrição analítica, o conteúdo é apresentado conforme o propósito do estudo.

Estas etapas são percorridas no presente estudo, sendo tomados como ponto relevante para análise de conteúdo os relatórios produzidos nos projetos de extensão “Pesquisação” e “Administradores Sociais”.

4 FATORES MOTIVADORES À PESQUISA.

O interesse do Professor e Pesquisador Jacques Fernandes Santos¹⁰, autor do presente trabalho de dissertação, pelas organizações sociais no município de Paulo Afonso, remete ao ano de 1995, quando passou a ser assistido pelo Espaço Social Sete de Setembro¹¹, entidade do Terceiro Setor que trabalha com a ressocialização de crianças e adolescentes em situação de risco na referida cidade. Este fato, provocador de relevantes mudanças em sua trajetória de vida, serviu de escopo para o desenvolvimento profissional, como Administrador e Professor, e também em caráter pessoal.

A partir do ano de 2008, ao ingressar como docente na Faculdade Sete de Setembro, ciente da relevância do papel das organizações sociais localmente, e da importância destas estabelecerem um vínculo direto com a academia, decide iniciar estudos e atividades que busquem aproximar os discentes da realidade social de seu município, em uma tentativa de dar projeção para o trabalho realizado pelas entidades do Terceiro Setor e abrir possibilidades para projetos efetivos e provocadores de mudanças.

Como fruto desta inquietação, ainda no ano de 2008, busca maior conhecimento técnico, culminando com seu ingresso no Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, na cidade de Recife-PE, e surge o projeto de extensão Criança Feliz desenvolvido em Paulo Afonso-BA, que se constitui no objeto de estudo desta dissertação.

Desde então, inteirou-se nos movimentos sociais e estudantis, aprimorando laços com as causas município.

¹⁰ Jacques Fernandes Santos é graduado em Administração e especialista em Gestão Empresarial pela Faculdade Sete de Setembro - FASETE onde atua como professor titular das Disciplinas de Marketing I e II, Marketing Social, Gestão para o Terceiro Setor. Também é técnico de projetos sociais pela ONG AJIR – Ação Jovem de Inclusão Social e voluntário da ONG AGENDHA – Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia.

¹¹ O Espaço Social Sete de Setembro é um projeto mantido pelo Centro Evangélico de Recuperação Social de Paulo Afonso – CERSPA em parceria com a Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino Ltda, que oferece educação básica e técnica, além de gerenciar mais de vinte outros programas sociais, e até o ano de 2009 já atendeu mais de cem mil pessoas entre crianças, jovens e adultos em situação de risco social, inserindo-os no mercado através da educação e profissionalização. Se consolida como a maior entidade do Terceiro Setor do Município de Paulo Afonso (Balanço Social CERSPA. Dez,2009).

Em Paulo Afonso estima-se que mais de quinze mil habitantes vivam em situação de risco social, sem acesso a requisitos básicos de qualidade de vida como educação, saneamento, saúde e segurança, e onde mais de dois terços das entidades sociais atuam irregularmente ou sem capacidade técnica. (SMAS, 2008).

No que tange a atuação das entidades sociais, este exemplo não se faz indiferente à realidade encontrada no Brasil. Segundo estatísticas do Programa Comunidade Solidária, fundado pela antropóloga Ruth Cardoso¹², e até hoje mantido pelo Governo Federal como base para orientação de diversas ações dentro do Terceiro Setor, o grande desenvolvimento protagonizado pelo movimento no Brasil, em especial a partir do ano de 1992, apresentou como maior desafio o combate ao grande número de entidades que surgiam, do ano de 1999 em diante, a partir de propostas ilícitas ou como entidades “laranjas”¹³ em esquemas de corrupção. (CAMARGO, 2001)

Assim, o país tem vivenciado a partir da década de 1990, e nesta última década, de maneira salutar, grandes contextos e fatos históricos para o desenvolvimento e consolidação do Terceiro Setor.

Em 1992, com a realização da RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento e Meio Ambiente, diante do debate de assuntos voltados para a então chamada ecologia, o país protagonizou um novo momento social, e de forma determinante fomentou o surgimento de entidades sociais com o foco na então recém estudada sustentabilidade.

Em 1999, a lei 9.790, que trata da qualificação de entidades sem fins lucrativos (ESFL) através do título de OSCIP's - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, apesar de vista com ceticismo por alguns, é reconhecida e se concretiza como importante caminho para a geração de novas fontes de recursos, fundamentais no desenvolvimento das ESFL. (BRASIL, 2009).

¹² Ruth Corrêa Leite Cardoso era Doutora em antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi pioneira no reconhecimento da emergência, na década de 1970, dos movimentos sociais que abrigavam minorias por questões de gênero, étnico-raciais ou de orientação sexual. O trabalho da antropóloga pôs em pauta a pesquisa sobre esses movimentos no meio acadêmico brasileiro. Fundadora do programa Comunidade Solidária, faleceu em 24/06/2008.

¹³ Laranjas: segundo o dicionário Aurélio, indivíduos ou entidades que, ciente ou não, tem seu nome e registro legais usados em transações, geralmente ilícitas, em benefício de terceiro, cuja identidade fica oculta. (AURÉLIO, 2006).

O crescimento do Terceiro Setor ganha efetivamente destaque no Brasil e fomenta o surgimento de grupos como o Instituto Ethos e a Rede GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas que, assim como o projeto Comunidade Solidária, passam a servir de base para o desenvolvimento de estudos e produções científicas, dotando o crescimento das ESFL de respaldo técnico. (GIFE, 2006)

O interesse pela temática evolui rapidamente no meio acadêmico nacional, onde vários estudiosos decidem se dedicar a área de pesquisa, como Carlos Montaño¹⁴, quando entre 1999 e 2000 passou a tratar de forma crítica o Terceiro Setor diante do debate hegemônico que o sustenta, analisando o fenômeno que se oculta por trás de uma função ideológica e neoliberal, e Rosangela Nair Barbosa¹⁵, quando aborda a evolução das organizações sociais de tal maneira a influenciar o surgimento e consolidação da economia solidária, hoje tratada como política pública.

Ambos os trabalhos, desenvolvidos a título de teses de doutorado, serviram de norteadores para o fomento de diversos outros estudos, a exemplo deste. Em geral, os acadêmicos e pesquisadores desta área defendem amplamente a necessidade do maior conhecimento das práticas desenvolvidas pelo Terceiro Setor no âmbito local, respeitando suas características e realidades.

Neste contexto, esta pesquisa se descortina como uma resposta às indagações e provocações geradas em um recorte de quase vinte anos na vida do Pesquisador Jacques Fernandes, que assim como milhões de cidadãos brasileiros, assiste a uma inigualável mudança, em âmbito internacional, no trato das relações humanas, sociais, econômicas e políticas, que convoca a nova geração de líderes e profissionais a um substancial compromisso e postura, diante dos fatos considerados “males da sociedade moderna” e que vêem no âmbito acadêmico um solo fértil para a efetividade e concretude de ações, antes ideológicas, e doravante práticas.

¹⁴ Carlos Eduardo Montaño Barreto é assistente social graduado pela *Escuela Superior de Servicio Social do Uruguai*. Mestre e Doutor pela Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro onde atualmente é professor, autor da obra *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*, Cortez, 2002.

¹⁵ Rosangela Nair de Carvalho Barbosa é assistente social, Mestre em Sociologia pela UFRJ e doutora em Serviço Social pela PUC-SP. É professora do Departamento de Política Social, pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política, e tutora do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Serviço Social da UFRJ. Pesquisadora da FAPERJ desenvolve estudos na área de Trabalho e Políticas Sociais.

5 REFLEXÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR.

Para ilustrar esta pesquisa, toma-se como caso a implantação de um projeto de extensão desenvolvido pela Faculdade Sete de Setembro, que se trata de uma intervenção direta realizada em um bairro carente da cidade de Paulo Afonso.

Nesta proposta os discentes foram levados a manter contato com a realidade social da comunidade em questão, e instigados a desenvolver em conjunto com uma ONG alternativas que, a partir do debate inicialmente teórico, gerassem atitudes e competências, tanto para si como para a comunidade envolvida, culminando em um projeto sustentável, indutor de diversas transformações sociais.

A obra requer uma leitura e entendimento prévio sobre o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil; o contexto político-legal deste movimento; conquistas e fatos marcantes para sua evolução, e busca, por fim, estabelecer a conexão entre a importância do papel da Instituição de Ensino Superior, atuando como parceira do Terceiro Setor, com suas contribuições reais e efetivas para o desenvolvimento de comunidades carentes, sendo assim, transcendente ao ambiente de produção científica da academia se concretizando como agente mobilizador e fomentador do desenvolvimento local sustentável.

5.1 ORIGEM E HISTÓRIA DO TERCEIRO SETOR E AÇÕES SOCIAIS.

A história do Terceiro Setor no mundo se confunde com a história antiga e medieval. Segundo Aroucha *et al.* (2004) a origem do terceiro setor se dá basicamente em duas grandes correntes: a religiosa e a greco-romana.

A respeito da corrente religiosa os registros são datados nas sociedades egípcias, babilônicas e no Velho Testamento. Na corrente greco-romana, as ações de melhoria da qualidade de vida das comunidades provinciais são registradas em toda a sociedade e não apenas individualmente, nesta corrente também havia o estímulo do ensino e da cultura. (AROUCHA, 2004)

As sociedades antigas já cultivavam ações de assistencialismo, buscando estimular o desenvolvimento social e humano. Outra grande participação destas sociedades se detinha na participação financeira de grandes nobres, denominados benevolentes, para se destacar em eventos sociais, principalmente os de cunho religioso e artístico.

No decorrer da história, este marco atribuído aos nobres, ora enfraquecia, ora fortalecia, sempre a derivar e a mercê dos contextos cívicos da época (instauração de guerras, assolamento de epidemias, etc.) sobrevivendo até as primeiras décadas do século XX, quando então, entram em cena grandes empresários americanos, que começam a criar fundações independentes, a exemplo da Fundação Ford, modificando o perfil deste tipo de atuação social e desenhando o nascente grupo das entidades sem fins lucrativos, que doravante, seriam as grandes precursoras de discussões ao então desconhecido Terceiro Setor como sua sustentabilidade, mecanismos de captação de recursos, legislação e qualificação dos profissionais. (AROUCHA, 2004)

5.2 EQUALIZAÇÃO CONCEITUAL: ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR.

Coelho (2000) nos conduz a uma análise prévia das delimitações quanto primeiro, segundo e terceiro setor.

Compõem o primeiro setor os órgãos que fazem o Estado, de cunho público que obedecem ao seu caráter democrático e exercem atividades para toda sociedade. O segundo setor é composto por entidades privadas e jurídicas que visam o lucro, atuando em benefício próprio e particular no mercado. Em termos financeiros, o primeiro setor (estado) aplica o dinheiro público em ações para a sociedade e segundo setor (mercado) investe o dinheiro privado nas suas próprias atividades.

Tachizawa (2002, p. 289) endossa esta visão, afirmando que:

O primeiro setor seria o Estado Nacional cuja ação é organizada e delimitada por um arcabouço legal, sendo dotado de poderes coercitivos em face da sociedade para que possa atuar em seu benefício, devendo ter sua atuação dirigida a todos os cidadãos, indiscriminadamente, promovendo de modo universal suas necessidades sociais. O segundo setor seria o Mercado capitalista e acionário, no qual a troca de bens e serviços objetiva o lucro e sua maximização. O Terceiro Setor é formado por sociedades civis sem finalidade lucrativa, com capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país.

Esta leitura apresentada por Tachizawa nos conduz à reflexão sobre o poder do Estado que, por sua essência, não atende plenamente às necessidades da

sociedade, e o segundo setor acaba fomentando o crescimento econômico e capitalista, deixando de lado a patente do desenvolvimento social e humano.

Neste tocante, Carlos Montaña (2005) nos apresenta sua teoria sobre a ineficiência nata do Estado, na qual postula sobre assuntos como a burocracia e corrupção. Ele acredita que caso estes dois fatores não fossem eminentemente presentes nas estruturas sociais e políticas do Estado, o mesmo dotaria de condições favoráveis para administrar órgãos e serviços “pelo povo e para o povo” (Montaña, 2005, p.24) em especial no Brasil.

A crise da forma burocrática de administrar o Estado é herança de vários modelos de domínio falidos ou superados, e mesmo assim emergiu com toda força no Brasil no final dos anos 80, em função do retrocesso burocrático representado pela constituição de 1988 [...] por si, a burocracia deturpada no Estado brasileiro aparece como ferramenta intrínseca da corrupção, gerando canais que favorecem a conchavos e lacunas para subordinação indébita dos atores sociais. (MONTAÑO, 2005, p.23)

Tratar a teoria da ineficiência do Estado a partir da capacidade burocrática deste, não é apenas uma vertente comentada e defendida por Montaña, mas uma situação legítima, na qual grandes organizações como a UNESCO e ONU, afirmam ser a causa máxima da corrupção.

Por anos, estas instituições discutiram formas de desvincular a burocracia da corrupção, principalmente em países da América Latina, sem sucesso, na qual se estabeleceu um estado de caos da administração pública em torno do tema. (RBA, 2009)

A corrupção, neste contexto, assumiu o papel da gênese dos problemas, e se desenha como um mal social e civil que requer novas posturas e formas de pensar a conduta humana, pois deságua em todos os ramos sociais e culmina com a vulgarização da ordem e da ética, afetando o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e efetivas. (FERNANDES, 1994)

Assim surge o Terceiro Setor como uma alternativa de interseção entre a sociedade e o governo, numa tentativa de viabilizar ações e políticas, contribuindo ativamente para desenvolver a sociedade fundamentada nos direitos sociais, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, equidade de direitos, discussões de gênero, inclusão social, etc. Por essa concepção é que o Terceiro Setor deve se

constituir, absolutamente, por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter social ou público, sendo conceituado como aquele que retrata as ações tomadas pela sociedade civil organizada, voluntariamente, visando o desenvolvimento social. (COELHO, 2000)

Alguns autores consideram o termo Terceiro Setor uma abstração, por poder esconder mais do que revelar, por que é impossível, segundo estes “[...] tratar uma organização que cuida de questões ambientais ou que trabalha com prevenção do câncer, como sendo a mesma coisa que uma associação de catadores de lixo, sem tirar a legitimidade de nenhuma delas”. (ANDRADE *apud* LANDIM, 2002, p.32)

As ações do Terceiro Setor partem da sociedade civil e obedecem à lógica do desinteresse econômico, da filantropia, da harmonia, dos costumes e tradições além das concepções culturais. É uma combinação de princípios públicos e privados que juntos constituem um novo mecanismo re-distribuidor de riqueza não capital. Fernandes (1994, p.27) considera o Terceiro Setor como “uma das possibilidades lógicas do universo de quatro combinações possíveis da conjunção público e privado”, ilustrado a partir do quadro 1.

AGENTES		FINS		SETOR
Privados	PARA	Privados	IGUAL A:	Mercado
Públicos		Públicos		Estado
Privados		Públicos		Terceiro Setor
Públicos		Privados		(corrupção)

Fonte: FERNANDES, Rubens C. (1994).

Quadro 1: combinações resultantes da conjunção entre o público e privado.

Diariamente são criadas novas formas de promover o desenvolvimento econômico local, num *pool* de entidades que buscam através da inovação um novo espaço no contexto social, a fim de impedir a degradação ambiental, desigualdade social e direitos civis, atuando em áreas onde a ação do Estado se apresenta ineficiente. Por este motivo, várias definições ao redor do mundo buscam desenvolver uma visão particular sobre o Terceiro Setor para justificar suas demandas sociais. Salamon e Anheier (1992, p.15) apresentam uma destas definições particulares, porém completa, sobre o Terceiro Setor, afirmando que:

O Terceiro Setor é uma aparentemente virtual, mas efetiva, revolução associativa que está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo “Terceiro Setor” global, composto de organizações estruturadas, localizadas fora do aparato formal do Estado, que não são destinadas a distribuir lucros auferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas. São autogovernadas, envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário e podem se constituir no século XXI como o modelo empresarial a ser seguido.

Ainda segundo Salamon e Anheier (1992) um termo que surgiu e se popularizou nos anos 90 foi a sigla *NGO - Not Governement Organizations* que em Português se traduz para *ONG - Organização Não Governamental* - advindo da Europa e que acabou apadrinhando todos aqueles que fazem parte da economia social. Porém, juridicamente, *ONG's* não existem e por isso o termo é adequado apenas para uma utilização vocabular e dialógica.

As entidades sociais surgem em sua grande maioria de grupos articulados dentro da comunidade, cuja finalidade é atender demandas sociais. Assim, pode-se dizer que as *ONG's* apresentam-se atualmente como forças de mobilização de recursos humanos e materiais, que visam atender às necessidades de grande parte da sociedade. (FERNANDES,1994)

Por suas atividades realizadas em diversas áreas de atuação, contribuindo para a construção de novos padrões culturais, democráticos e éticos em nossa sociedade, o Terceiro Setor é visto como ponto de apoio para o desenvolvimento social, no entanto, suas organizações ainda precisam da articulação substancial da própria sociedade para desempenharem suas atividades, principalmente através do trabalho voluntário. (CAVALCANTI, 2006)

O crescimento acelerado do Terceiro Setor vem acompanhado do surgimento de vários grupos baseados puramente em conceitos idealísticos, provocando o estrangulamento do ramo por um número excessivo de entidades não qualificadas, fenômeno este que, segundo Cavalcanti (2006) ocorre pela falta de profissionalismo e capacidade técnica das mesmas.

Nesse tocante, se faz necessário abrir um parêntese para refletir sobre o caráter ideológico nas entidades sociais. Barbosa (2007) nos fala que é compulsório deste setor o desejo de transformação, mudança e de revolução dos quadros atuais:

Não podemos desassociar ideologia no campo do Terceiro Setor. O ser social efetivamente é movido por suas crenças e pela vontade de poder ser uma voz ativa e dinâmica, se fazendo diferente diante do comportamento que é esperado [...] assim, necessário é, quase como um fator substancial, haver a ideologia [...] o que não se deve existir, em suma, é apenas o ideologismo, que consiste num processo de pensar e não realizar [...] assim, ideologia e prática necessitam estar juntas, sem que qualquer um desconfigure o caráter fundamental do próximo, mas zelando para que a ocorrência de mudança seja efetiva. (BARBOSA, 2007, p. 104)

Ideologia e militância são conceitos uníssonos ao Terceiro Setor, pelo seu caráter de mobilização, que de todas as formas atinge diretamente a sociedade.

Diante do desenvolvimento em larga escala das organizações do Terceiro Setor, as parcerias e alianças estratégicas se tornaram um importante canal para troca de experiências entre as empresas, o mercado, a sociedade e organizações não governamentais (ONG's).

Segundo Cavalcanti *et al.*(2006) as parcerias sociais são historicamente estabelecidas a partir do momento em que as castas, ou núcleos ricos da sociedade, perceberam a necessidade de interculturalização das suas experiências, pois, estariam condenados a uma possível estagnação do seu conhecimento coletivo. As parcerias sociais aparecem neste contexto como oportunidades que vários núcleos sociais abraçam para poder levantar idéias e fomentar soluções para problemas comuns. Desde então, esta relação evolui aos dias atuais no momento em que as empresas passam a interagir com o Terceiro Setor. Comenta:

Não têm sido raros os casos de entidades ou associações de classe de profissionais liberais, instituições de ensino e de outros tipos envolverem-se em projetos de atendimento social com enorme qualidade e a um custo financeiro e social muito baixo, apresentando-se como parcerias de empreendimentos de melhoria da qualidade de vida. (CAVALCANTI *et al.*,2006, p.104).

No final do século XX e início do século XXI a discussão em torno das formas de se empreender socialmente através do aprendizado permitido pelo Terceiro Setor delimita uma nova ordem de empresas e grupos que encaram o papel social como atividade fundamental no seu processo mercadológico, como complementa Fernandes (1994):

Historicamente, a filantropia ou atividade social não é parte da cultura empresarial latino-americana. Mas em especial no Brasil, a classe empresarial, até meados dos anos 1970, não se sentia responsável pelas questões sociais, por entender que a solução dos problemas sociais era da estrita responsabilidade do Estado [...] O surgimento no século XXI de uma nova ordem social muda completamente o ciclo de interesses, e o fator social passa a ser decisivo no espaço mercadológico e nas decisões do consumidor, obrigando as empresas a reposicionarem suas estratégias. (FERNANDES,1994,p.95)

A partir de 1990 as organizações privadas brasileiras começam a despontar no cenário internacional como companhias que investem na área social, a exemplo da Fundação Bradesco. Com isso, o país entra definitivamente na nova geração de parcerias sociais, aclamada nos Estados Unidos e que vislumbravam a capacidade de empresas e organizações sociais trabalharem juntas no desenvolvimento de ações inclusivas, com o apoio do capital lucrativo.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES JURÍDICOS E SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR.

Para Aroucha *et al.* (2004) as organizações do Terceiro Setor podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios. Juridicamente, dividem-se em Fundações, Associações, Cooperativas, Institutos. Segundo o tipo de atividade ou área de atuação agrupam-se em várias áreas, como educativas, ambientalistas, de assistência social, de pesquisa, de defesa de direitos etc.

De acordo com a categoria ou o subgrupo, podem ser agrupadas em organizações assistenciais, organizações de base, organizações não governamentais e iniciativas sociais de empresas. Estes últimos são chamados protagonistas sociais, pois determinam ações próprias e de cunho voluntário para o desenvolvimento social. Portanto, é natural identificar organizações que se encaixam, ao mesmo tempo, em mais de uma categoria.

Descreve-se a seguir algumas complementações e definições baseadas nos estudos desenvolvidos por Aroucha *et al.* (2004) que nos apresenta o papel e constituição de cada um destes no Terceiro Setor.

5.3.1 Definição de terceiro setor segundo critérios jurídicos.

- Fundação:

Constitui-se em um conjunto de bens livres, destinados à determinada atividade, por meio de escritura pública ou testamento. A lei atribui personalidade jurídica a esse conjunto de bens, que passa a tornar-se uma pessoa jurídica, com capacidade para adquirir direitos e obrigações, visando à consecução do fim a que se destina e em obediência ao estatuto.

O instituidor da fundação estabelecerá a forma como os bens serão administrados e as pessoas que irão gerir e representar a fundação, sendo que, após o destino desses, o instituidor passa a não ter mais disponibilidade sobre o patrimônio, o qual deverá ser aplicado em consonância escrita aos fins previamente estabelecidos.

As fundações de direito privado têm fiscalização obrigatória por parte do Ministério Público (art. 26 do Código Civil), e seu estatuto deverá ser previamente aprovado pelo órgão, assim como eventuais modificações no estatuto. Ainda, as fundações deverão prestar contas regularmente ao Ministério Público. Quanto às fundações de previdência privada ou complementar, sua fiscalização cabe ao Ministério da Previdência e Assistência Social (Lei nº. 6.435/77, art. 86).

- Associação:

Conjunto de pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, de direito privado, que se unem para atingir determinadas finalidades (culturais, sociais, religiosas etc.) sem intuito de distribuição de lucro. É constituída e regida por um estatuto social. Na associação, o elemento pessoal é predominante e de maior importância, uma vez que elas que se organizam, definem os fins a serem alcançados pela entidade e agregam esforços para que tais objetivos sejam atingidos.

- Cooperativas:

Segundo a Lei nº. 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo - "Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos

associados". (Brasil,1993, p. 178). As cooperativas podem ser organizadas como união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, em diferentes tipos de grupos: serviços comunitários, consumo, trabalho, agropecuárias e agroindústrias, mineração, habitacionais, produção, educacionais, crédito, etc.

5.3.2 Definição de terceiro setor segundo categoria ou o subgrupo.

- Organizações Assistenciais:

As organizações assistenciais são representantes da primeira manifestação de Terceiro Setor no Brasil. Surgidas ainda no período colonial atuam provendo serviços básicos de seguridade social aos desamparados pelo Estado, que não consegue atendê-las. Em geral, as organizações assistencialistas se caracterizam por atuar contra os efeitos gerados por problemas sociais, ou seja, na minimização das conseqüências, e não na mobilização de esforços para a solução das causas. Exemplos disso são as casas de misericórdia, lares vicentinos, creches, entre outros.

- Organizações de Base:

As organizações de base são agrupamentos que se caracterizam por atuarem com o objetivo de defender os interesses de uma classe específica, não intencionando expandir suas conquistas aos demais participantes da sociedade. Exemplos disso são os sindicatos, associações de classe, de bairro e associações de moradores.

-Organizações Não Governamentais:

Terminologia adotada para as entidades sem fins lucrativos de finalidade ambiental, social, cultural e afins, ou organizações que caracterizam o Terceiro Setor de forma geral. Estão voltadas para um forte arcabouço ideológico de mudança da sociedade e buscam atuar em atividades como: educação, saúde, cultura, direitos humanos, sustentabilidade, ecologia e várias outras.

Em geral, atuam com postura muito mais política, se comparadas às entidades filantrópicas que trabalham com assistência social. Ainda não existe uma

terminologia uniforme, sendo usados vários termos para designar essas entidades, como, por exemplo, “organizações voluntárias”.

Apesar de o termo ter se popularizado bastante no Brasil, sua significação está mais associada às entidades que têm em sua missão atividades relacionadas a direitos da cidadania em geral, proteção a minorias, com forte atuação na organização de protestos e ações contra o Estado, ganhando destaque na sociedade e na imprensa.

-Investimento Social Privado:

Prática do planejamento, monitoramento voluntário de recursos privados – provenientes de pessoas físicas ou jurídicas – em projetos de interesse público. Incluem-se no universo do investimento social privado as ações sociais protagonizadas por indivíduos, famílias, empresas e segmentos sociais de empresas, como institutos e fundações empresariais. A diferença existente nos investidores sociais privados é a preocupação com os resultados obtidos, as transformações geradas e a cumplicidade da comunidade para o desenvolvimento da ação.

5.4 DESENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL.

Assim como no mundo, no Brasil, as ações que hoje desenham o Terceiro Setor sempre estiveram muito próximas das tradições religiosas que, em sua maioria, de forma assistencialista, complementa as obrigações de assistência social do Estado.

Sob a justificativa de proporcionar bem-estar espiritual a seus seguidores, as diversas religiões presentes no Brasil acabaram por disponibilizar serviços de apoio alimentar, médico, psicológico, moradia, entre muitos outros. (AROUCHA, et al. 2004)

Estudos sobre o fortalecimento da sociedade civil, especificamente sobre a participação de novos atores na formulação e execução de políticas públicas, no Brasil, ainda são recentes, sendo considerados de grande relevância aqueles desenvolvidos após o período de maturação, sendo um marco a RIO 92.

Após a RIO 92¹⁶ esta maturação ocorre não apenas num aspecto conceitual, onde pesquisas acadêmicas começam a desenhar um cenário aprofundado e com respaldo técnico, mas também no sentido comportamental, uma vez que a sociedade inicia um lento, mas duradouro, processo de análise e mudança de comportamentos e atitudes. (GOHN,1998)

A expansão e o trabalho realizado por estes grupos pós RIO 92 indicam que os padrões tradicionais de articulação e diferenciação da sociedade civil tiveram nas últimas décadas um grande impulso e sofreram consideráveis mudanças.

Aroucha *et al.* (2004) destaca quatro ciclos essenciais para desenhar a evolução do setor no Brasil, numa espécie de linha do tempo, conforme descreve-se a seguir:

- Período Colonial / Império e Primeiras Décadas da Republica:

- Organizações ligadas à Igreja Católica que realizam ações de caridades nas áreas beneficentes, assistenciais, saúde, educação etc.;
- A aprovação do Código Civil Brasileiro, de 1916, que caracteriza juridicamente a figura das fundações e associações.

-Anos 30 e 40:

- Criação dos títulos de utilidade pública e certificado de entidade filantrópica;
- O Estado incentiva o surgimento de associações e entidades sem fins lucrativos, com repasse de verbas e recursos públicos por meio de convênios.

-Décadas de 70 e 80:

- Expansão das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e comunidades ligadas à teologia da libertação;

¹⁶ A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, chamada de RIO 92, teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre como reverter o atual processo de degradação ambiental. Atribuiu-se à conferência como a maior reunião de chefes de Estado da história da humanidade com a presença de cerca de 117 governantes de países tentando buscar soluções para o desenvolvimento sustentável das populações mais carentes do planeta. O evento foi acompanhado por todo o mundo e contou com a participação da sociedade civil organizada. Cerca de 22 mil pessoas, pertencentes a mais de 9 mil organizações não-governamentais, estiveram presentes nos dois principais eventos da Conferência: a reunião de chefes de Estado, Cúpula da Terra, e o Fórum Global, promovido pelas ONGs. (COPIETERS, Rodrigo Rocha. 2008, disponível em <http://rpc.br.tripod.com/artigos/rio92.html> , acesso em 16/08/2010.)

- Expansão de movimentos populares, articulação entre ONG's e movimentos sociais;
- Expansão de movimentos religiosos: grupos espíritas, protestantes;
- Diversificação e pluralismo no interior da sociedade civil, com grande articulação e participação no processo da constituinte de 1988;
- Empresas que realizam ações sociais começam a se organizar e buscar respaldo mercadológico.

-Década de 90:

- Difusão do conceito de Terceiro Setor, que passa a ser pensado como uma categoria específica de organizações sem fins lucrativos;
- Realização no Rio de Janeiro da RIO 92;
- Maior interação e articulação entre as ONG's e organizações de assistência social;
- Criação da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) e organizações que difundem a prática do investimento social privado e responsabilidade social junto a empresas como o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e Instituto Ethos de Responsabilidade Social;
- Aprovação da Lei do Terceiro Setor e da qualificação das OSCIP's (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

Esse contexto histórico traçado pelas entidades sociais no Brasil permitiu conhecer o caminho percorrido pelo Terceiro Setor na sua complexidade para alcançar o reconhecimento da sociedade em seus propósitos.

6 LEGISLAÇÃO PARA O TERCEIRO SETOR NO BRASIL: LEI 9.790/99 E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

A primeira categoria que compõem o que posteriormente viria a ser chamado de Terceiro Setor surgiram com o Código Civil Brasileiro em 1916: as organizações sem fins lucrativos.

Para Aroucha (2004), dependendo da área e forma de atuação da entidade, existem inúmeros registros, títulos e qualificações obrigatórias e/ou facultativas junto ao poder público, tais como:

- Registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Registro no Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS);
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS);
- Utilidade Pública Federal;
- Utilidade Pública Estadual e Municipal;
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip);
- Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA).

Para registro nesses órgãos ou obter determinado título e qualificação concedida pelo poder público, a organização deve cumprir determinados requisitos e apresentar uma série de documentos, tais como:

- Relatório de atividades;
- Balanço contábil e patrimonial;
- Atestado de autoridade local (prefeito, juiz de direito, promotor de justiça) de que a organização esteve e está em contínuo funcionamento nos últimos três anos, com exata observância dos princípios estatutários;
- Qualificação completa dos membros da diretoria e atestado de idoneidade moral.

O título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituído pela Lei 9790/99 e regulamentada pelo Decreto 3.100/99, definida como a “Nova Lei do Terceiro Setor” ou o “Marco Legal da década de 90” dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e institui e disciplina o termo de parceria. (ANDRADE, 2002)

Em seu art. 2o, a lei estabelece claramente as instituições que não poderão ser qualificadas de interesse público: instituições privadas de caráter comercial ou

não-assistencial e as entidades públicas ou entidades privadas criadas pelo Poder Público; as sociedades comerciais; os sindicatos; as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens e serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não-gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não-gratuito e suas mantenedoras; as organizações sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; e as organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal. (ANDRADE, 2002).

Na Lei nº. 9.790/99 a qualificação como OSCIP, não substitui a Declaração de Utilidade Pública Federal, fornecida pelo Ministério da Justiça, nem o Certificado de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS. Mas, foi determinado um prazo de “convivência” entre essas qualificações, período o qual as instituições poderão acumular a qualificação como OSCIP e a Declaração de Utilidade Pública Federal e/ou o Certificado de Fins Filantrópicos, quando deverá optar por uma delas.

Para Barbosa (2007), no alvo da crítica à lei 9.790, aparecem os programas sociais desenvolvidos a partir da gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, como contribuição no fomento da então nova política social brasileira. O assunto abre um leque de possibilidades para diversos estudiosos, a exemplo da pesquisadora Rosangela Nair de Carvalho Barbosa, que em sua tese de doutorado analisa a fundo a política pública de economia solidária, que está diretamente relacionada ao fomento de atividades no Terceiro Setor -TS.

Quando se analisa a institucionalização das ações do estado enquanto efeito de impacto social percebe-se que este é regido pelas leis e decretos que visem atender às necessidades das comunidades e da sociedade em geral. Assim, é substancial, antes de levantar discussões políticas ou sociais do tema, entendê-lo de maneira cartesiana, verticalizada, para depois apresentar estes conceitos em modelos práticos. (BARBOSA, 2007)

As políticas públicas - PP's interferem na economia e nas sociedades, portanto devem levar em consideração as relações entre estado, política, economia e sociedade. Por isso, várias disciplinas (economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento e gestão, relações internacionais e ciências sociais) partilham interesse comum na área.

Costin (2006, p.117) analisa as Políticas públicas como um “conjunto de decisões e ações de um governo para solucionar problemas que, em um dado momento, os cidadãos e o próprio governo de uma comunidade política consideram prioritários ou de interesse público”.

As políticas públicas são assim encaradas, principalmente, em duas visões: do ponto de vista acadêmico é um “campo” das Ciências Humanas, em particular da Ciência Política, que analisa o governo à luz de grandes questões públicas – já do ponto de vista das relações interinstitucionais é o conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. (COSTIN, 2006)

Todavia, coexiste o âmbito da visão prática, onde a estrutura de uma política pública se subdivide em três corpos essenciais que compõem as esferas de sua atuação: a lei, a política e os programas ou projetos.

As leis dão o caráter legislativo e legal para a prática da ação e permitem que regras sejam cumpridas e que indivíduos sejam sancionados pela execução de atividade fora do estabelecido. Ela também se aplica no âmbito da coercitividade, a partir do princípio que não praticamos aquilo que não seja obrigatório. (BARBOSA, 2004)

A política apresenta seu propósito e objetivo a partir de caminhos que mostram de onde e como são estabelecidos os critérios para definição das necessidades sociais aplicadas dentro da mesma. (BARBOSA, 2004)

Os programas são meios executivos, que estabelecem a estrutura necessária para implantação das políticas, e através destes dá-se o cunho técnico, específico e administrativo da PP. (CAVALCANTI, 2006).

Oliveira (2004) e Barbosa (2004) nos conduzem a uma re-análise dos princípios formadores de PP's, a partir da visão social, onde os indivíduos, atores e essência de toda política, são os mentores da sua finalidade, concebendo-as dentro das esferas elitistas e pluralistas.

Numa concepção elitista, os conflitos sociais, as disputas e as divergências sobre valores são consideradas supérfluas, artificiais, ilusórias ou mesmo

indesejáveis e destrutivas. Por isso, as políticas públicas são implementadas por agentes do governo que atuam em relação às pressões da sociedade civil.

Numa concepção pluralista, os indivíduos possuem não apenas atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, renda, setor de atuação profissional etc.), mas também idéias, valores, interesses, aspirações e papéis sociais diversos a desempenhar no evoluir de sua vida (sociedade aberta e participativa). Decorre, então, que os conflitos não constituem um problema, mas um aspecto normal e desejável, não apenas do jogo político como também de toda a vida social. (BARBOSA, 2007)

Assim, chega-se à conclusão de que para todos os lados observados, encontramos uma teia de PP's que atingem diretamente a vida social: política de educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outras

Dentre os fatos citados, a Lei 9.790/99 é sem dúvida o de maior relevância, pois define uma ressignificação do papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil – OSC's, e por definitivo reconhece estas no âmbito do Terceiro Setor como agentes participantes da economia e das ações do estado. Porém, através da visão de vários estudiosos da economia e das áreas sociais, segundo Barbosa (2007) a implantação desta lei não apenas cria um novo viés no estado através do qual, principalmente entre os anos de 2004 e 2006, vários grupos de estelionatários e articuladores de “crimes de colarinho branco” passaram a atuar com lavagem de dinheiro, mas, sobretudo mascara uma tentativa de privatização de atividades próprias do estado por organizações sociais que atuam como empreendimentos comerciais.

Estas protágonas se justificam na visão objetiva do sancionamento da lei: permitir que entidades sociais atuem diretamente em setores como saúde, educação e segurança pública/ambiental sejam executores de programas, desenvolvidos a partir dos interesses e metas do governo. Enfim, não seriam estas formas legais de se terceirizar a ação pública? Estaria o estado reconhecendo sua deficiência na execução e implantação destes programas?

Vários estudiosos, a exemplo do economista e pesquisador da Universidade de Pernambuco - UPE D. Sc. Ivo Vasconcelos Pedrosa (2008) verificaram que esta postura do estado não se reflete efetivamente na consolidação de uma política pública para fomento e desenvolvimento do Terceiro Setor, haja vista sua pragmática estar alocada na transferência de capacidade das OSC's trabalharem

com verbas públicas. Ainda, segundo o pesquisador, se for observada pelo viés das Parcerias Público Privadas - PPP's, deduz-se que a Lei 9.790/99 constitui-se, via de regra, em um projeto criado para "cabem dentro de outro"¹⁷. Estaria o estado, propositadamente, regimentando forças na década de 90 para a condução do panorama de hoje onde se consolida a gestão de projetos do governo pelas OSC's?

Em qualquer um dos casos, é certo que a partir da lei de consolidação das Oscip's, deu-se início a uma série de programas do Governo Federal, que instituíram as modalidades de trabalho e parcerias entre as OSC's e o poder público, a exemplo do Governo do Estado da Bahia, que instituiu o Programa de Incentivo às Organizações Sociais através da Lei Estadual nº 7.027, de 29 de janeiro de 1997 e, posteriormente, os Decretos nº 7.007/97 e 7.008/97, que a regulamentam. Decorridos seis anos de instituição do Programa, em 29 de Julho de 2003 o Governo do Estado sancionou a Lei nº 8.647 que atualiza o Programa Estadual de Organizações Sociais e, em 22 de Janeiro de 2004, o Decreto nº 8.890, dando-lhe nova regulamentação.¹⁸

O programa apresenta um modelo de gestão de organizações sociais e orienta os interessados em estabelecer parceria com o Estado, nesta modalidade de relacionamento entre o poder público, a sociedade e o terceiro setor. Fica clara a reciprocidade do projeto com o estabelecido pelo Governo Federal através da lei 9.790/99. Outro ponto de singularidade é perceber que a argumentação é recíproca, conforme trecho do texto de apresentação do programa extraído do portal oficial do estado da Bahia:

As transformações que vêm acontecendo no ambiente político, social e econômico, a pressão da sociedade por serviços de melhor qualidade e a necessidade do Estado de concentrar seus esforços naquelas atividades que não podem ser exercidas por outro ente, direcionam o setor público para a busca de modelos modernos e eficientes de gestão organizacional, que fortaleçam parcerias com o

¹⁷ O termo *cabem dentro de outro* na oração, é utilizado para denotar o sentido de corrupção, neste caso, sugere que a lei pode ter sido criada para atender a interesses escusos do Governo.

¹⁸ O presente parágrafo e o seu consequente apresentam informações e análises baseadas em dados apresentados pelo Secretário de Estado, Carlos Meireles, no site oficial do Governo do Estado da Bahia, disponível em www.bahia.gov.br acessado em 04/08/2009.

setor privado, sem fins lucrativos, que lhe transfira responsabilidade na execução de serviços. Com esse propósito, à semelhança do disposto pelo Governo Federal através da Lei 9790/99, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Incentivo às Organizações Sociais [...].(Carlos Meireles, Secretário de Estado. Disponível no portal www.bahia.ba.gov.br – acessado em 04/08/2009).

A existência de um ambiente regulatório, moderno e claro, torna-se fator fundamental para promover a expansão e qualificação do investimento social privado em qualquer país.

Com base nessa premissa, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE desenvolve, desde o início de 2003, uma iniciativa destinada a contribuir para o aperfeiçoamento da legislação brasileira do terceiro setor: o Programa Marco Legal e Políticas Públicas. (Portal GIFE, www.gife.org.br)

O Programa atua em duas frentes: uma centrada no acompanhamento do processo legislativo federal, com vistas a identificar, priorizar e oferecer subsídios para o debate de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional; e outra relacionada à construção de uma proposta ampla e coerente de melhoria da legislação brasileira do terceiro setor.

Em maio de 2006, o foco de atuação do Programa foi refinado com a aprovação da Carta de Curitiba – Visão GIFE do Marco Legal do terceiro setor, um documento que estabelece os cinco temas que a rede GIFE identifica como prioritários no processo de aperfeiçoamento do marco legal da área:

- Liberdade de organização e funcionamento para as organizações da sociedade civil;
- Transparência e controle social;
- Imunidades e isenções tributárias;
- Incentivos fiscais para iniciativas de interesse público;
- Segurança jurídica, na qualidade de tema transversal.

Na seqüência, a fim de fazer um levantamento preliminar das principais questões relacionadas a esses temas, o entidade promoveu no segundo semestre de 2006 duas rodadas de discussão que contaram com a participação de representantes de associados do GIFE, organizações parceiras e especialistas.

O desafio do Programa Marco Legal e políticas públicas, atualmente, consiste no aprofundamento e na realização de atividades de *advocacy* (regulamentação jurídica) em relação às propostas apontadas no Visão GIFE, sem perder de vista o permanente monitoramento das atividades do Congresso Nacional.

Iniciativas como esta tornam claras as evoluções proporcionadas pelo estabelecimento da Lei 9.790/99 como marco regulatório das políticas públicas no Terceiro Setor.

Um dos maiores programas, que está diretamente relacionado com as atividades das organizações do Terceiro Setor, e que se tornou eixo norteador das ações do Governo Federal a partir do pleito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o Programa Economia Solidária.

Segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2008) Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver; sem explorar o próximo, sem levar vantagem, sem destruir o ambiente; cooperando, fortalecendo o grupo, cada qual pensando no bem de todos e no próprio bem.

Segundo Barbosa (2007) a Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, além de ser uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesta definição, fica claro que as organizações alvo do programa são, eminentemente, as do Terceiro Setor.

A economia solidária compreende o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de gestão comunitária. Considerando essa concepção, Barbosa (2007) nos apresenta delimitações e norteamentos do programa, sob o qual as seguintes características são consideradas base do projeto:

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas sociais auto geridas ou recuperadas,

assumida por trabalhadores; associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos, mulheres e jovens; clubes de trocas, etc;

- Autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. O apoio externo, de assistência técnica e gerencial ou de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- Dimensão Econômica: uma das bases de motivação é a agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- Solidariedade: expressa em diferentes dimensões na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando estas características, a Economia Solidária busca fomentar o surgimento de uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (BARBOSA, 2007). Para a autora, o programa Economia Solidária se institui como o escopo das ações de políticas públicas sociais voltadas para o fomento das atividades do Terceiro Setor do governo Lula, e são evidentes as

diferenças propostas pelo programa em relação à conjuntura na qual foram estabelecidas as metas para a criação da Lei 9.790/99.

Enquanto para a lei do Terceiro Setor era iminente a necessidade de se criar um indivíduo jurídico das OSC's que pudesse interagir com o Estado, para o programa Economia Solidária a meta é focar as ações destas organizações como geradoras de emprego e renda para a sociedade.

Em sua tese de Doutorado, a socióloga Rosangela Nair de Carvalho Barbosa trata de maneira contundente os perigos e brechas criadas pela tentativa de ressignificar os papéis das relações de trabalho através desta nova política pública.

Para os estudiosos e pesquisadores, vários são os riscos de mais uma vez buscar caminhos pautados na lógica econômica, e não baseados nas experiências vividas pelo país para o desenvolvimento de ações voltadas ao trabalho coletivo. Sobre isso, Barbosa (2007, p.194) comenta:

A teoria crítica mostrou-se, através de variados estudos, que as políticas públicas de proteção social e de trabalho têm seus fundamentos na contradição inerente à incapacidade do capitalismo de resolver os dramas sociais advindos do conflito acumulação e apropriação de riquezas – que são produzidas socialmente, ao mesmo tempo em que tais políticas são fruto histórico e social de possibilidades civilizatórias e campo de expressão das lutas sociais do trabalho. Essa contraditoriedade se expressa numa complexidade de mediações histórico-sociais [...], portanto, as bases para desenvolvimento de novas alternativas políticas precisam, intrinsecamente, se fazer à luz das características e tendências de cada povo, de cada história, nas mais diversas áreas.

A partir das leituras e análises de alguns dos projetos desenvolvidos dentro do âmbito do Terceiro Setor, percebe-se a fragilidade em delinear claramente como se dá o fomento das atividades das organizações sociais. Diante destes, o programa em questão parece ser um avanço no que se diz respeito a entendimentos de suas raízes: é preciso surgir da comunidade para a comunidade.

Porém, existe ainda a dúvida dos reais interesses governamentais, que atrelam ao projeto discutido por Barbosa a capacidade de, em curto espaço de tempo, reduzir os índices estatísticos relativos ao desemprego no Brasil. Assim, a política de Economia Solidária se consolida como caminho para os interesses mais estatísticos do que práticos.

Existe uma grande preocupação em se criar oportunidades de legitimar o trabalho informal, e é inegável que o Terceiro Setor é um indutor para essa desinformalidade, na medida em que se torna viável a consolidação de estruturas jurídicas.

Segundo Barbosa (2007) o que se verifica nas práticas e resultados da Economia Solidária, é a grande abertura para deslegitimar, dentro da legalidade, os direitos trabalhistas a partir da inserção de uma nova cultura que prolifera a renda e não a seguridade do trabalhador.

Trata-se da negação de um sistema único para o trabalho. Assume-se a naturalização da fragmentação e a heterogeneidade do trabalho. Reconhecem-se as variadas atividades informalizadas [...] reconceitua-se a perspectiva de trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações [...] mais que isso, aponta-se como a opção para qualificar o trabalho informal em termos de produtividade [...] assim a economia solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal [...] assume-se, então, uma propositiva sobre a diminuição estrutural do emprego, e a permissividade sobre a quebra de direitos trabalhistas conquistados há anos, emergindo o perigo da breve e disposta corrupção ativa, que busca através de emendas e projetos, suas lacunas para um pródigo benefício patronal do mercado. (BARBOSA, 2007, p.195)

A política pública baseada na Economia Solidária, em diversos momentos, parece não estar de acordo com os objetivos traçados através da Lei 9.790/99 para profissionalização e desenvolvimento do Terceiro Setor.

Neste parâmetro, indaga-se: existem então políticas eficazes voltadas para o avanço contínuo do Terceiro Setor? Os programas desenvolvidos complementam-se e conseguem chegar, vias de regra, aos objetivos traçados dentro da estrutura de políticas?

Estas perguntas abrem espaço para um vasto campo de pesquisas de cunho econômico e social, analisando os efeitos dos impactos de décadas à sombra da informalidade e desregulamentação das atividades de organizações sociais no Brasil, sendo que, ainda, um dos maiores percalços encontrados em diversas organizações sociais no Brasil é a falta de gestão capacitada e direcionada para as atividades fim do grupo.

7 EMPREENDEDORISMO SOCIAL.

Segundo a *School Social Entrepreneurship*¹⁹ – SSE, no Reino Unido, define como empreendedorismo social o âmbito de todos aqueles que trabalham de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários.

Para a *Ashoka*²⁰, organização mundial sem fins lucrativos, pioneira no trabalho e apoio aos empreendedores sociais nos Estados Unidos, os empreendedores sociais são indivíduos visionários que possuem capacidade empreendedora e criatividade para promover mudanças sociais de longo alcance em seus campos de atividade. São inovadores sociais que deixarão sua marca na história.

Segundo Leite (2002) *apud* Oliveira (2004, p. 12) “o empreendedor social é uma das espécies do gênero dos empreendedores. São empreendedores com uma missão social, que é sempre central e explícita”. Assim como diversas outras abordagens e discussões, a definição para o termo envolve questionamentos de vários autores.

Para Melo Neto e Froes (2001) *apud* Oliveira (2004, p. 12):

Quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado, a sua estratégia.

¹⁹ A Escola de Empreendedores Sociais (SSE) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1997 no Reino Unido por Michel Young, sociólogo, político e ativista social britânico. A SSE existe para oferecer oportunidades de formação e capacitar as pessoas a usar suas habilidades criativas e empreendedoras de forma completa para o benefício social. Ajuda os indivíduos a criarem novas entidades do Terceiro Setor e empresas sociais em todo o mundo. Michael Young faleceu em 14 de janeiro de 2002. (com informações obtidas em www.sse.org.uk)

²⁰ A Ashoka Empreendedores Sociais é uma organização internacional sem fins lucrativos, pioneira no conceito e na prática do empreendedorismo social no mundo. Desde 1980, ano de sua fundação, foram selecionados mais de 1.800 empreendedores sociais em 60 países que atuam em diversas áreas, tais como saúde, educação, juventude, meio-ambiente, direitos humanos, desenvolvimento econômico e participação cidadã.

Empreendedorismo social não deve ser confundido com responsabilidade social, pois esta pressupõe que seja um conjunto organizado e cuidadosamente planejado das ações internas e externas, com sinergia entre a missão e a atividade da empresa, diante das necessidades da comunidade. (AROUCHA, 2004)

Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não existe formação acadêmica ou técnica, não possui conselho regulador e código de ética profissional legalizado; nem tão pouco uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos tem como representante um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social, ou quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que pode se chamar de inadequadas, não só para os “ajudados”, mas também para os negócios e para sociedade, pois, como enfatiza Demo (2002, p. 40) “a solidariedade que produz ajuda assistencialista representa fantástico processo de imbecilização”. Fato é que surge a partir de uma ação inovadora, voltada para o campo social, cujo processo é iniciado com a observação de determinada situação-problema, para então encontrar uma alternativa de enfrentamento.

Para Oliveira (2004), é importante analisar se a idéia apresenta características fundamentais, como:

1º) ser inovadora;

2º) ser realizável;

3º) ser autônoma;

4º) envolver várias pessoas e segmentos da sociedade, principalmente a população atingida;

5º) provocar impacto social e permitir que seus resultados possam ser avaliados.

Para o empreendedorismo social, um fator substancial e necessário é a reatividade prática, colocando idéias em ação e aguardando um momento até que seja possível a sua disseminação por outras localidades, gerando, assim, um processo de rede de atendimento, até se tornar política pública.

Neste caso, e de maneira mais direta, o empreendedorismo social pode ser considerado, segundo Oliveira (2004), como:

- Um novo modelo de intervenção social, pois propõem um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade;

- Um processo de gestão social de uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que pode ser resumida em três fases: a) concepção da idéia; b) institucionalização e maturação da idéia; c) multiplicação da idéia;
- Uma arte e uma ciência. Uma arte porque torna possível a cada empreendedor por em prática suas habilidades e aptidões, dons, talentos, intuição e sensibilidade no planejamento do processo do empreendedorismo social. Uma ciência porque aplica meios técnicos e científicos para ler, elaborar, planejar e agir sobre e na realidade humana e social;
- Moderna tecnologia social, com capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação, fazendo com que sua dinâmica gere outras atividades que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e protetora, mas empreendedora, libertadora e transformadora;
- Um indutor de auto-organização social, pois não é uma ação isolada, mas, ao contrário, é um processo de articulação e participação da sociedade para apresentar resultados que atendam às reais necessidades da população, tendo que ser duradouro e de alto impacto social.

Um movimento como o empreendedorismo social não se constitui rapidamente. É uma ação que requer, acima de tudo, a capacidade coordenada de pessoas, mesmo quando iniciado por uma única. A prática do empreendedorismo social pode ser sinalizada em duas direções: desafios e possibilidades. (AROUCHA, 2004).

Para Aroucha (2004) a primeira, dos desafios, seria criar capital social, que é base para elaboração e sucesso das ações do empreendedor social, além da participação dos sujeitos do processo, incentivando uma postura de cidadãos e não de vítimas, e começar a fazer parte sem esperar ações institucionalizadas do Governo.

Quanto às possibilidades, Aroucha (2004) afirma ser esta a maior e mais impactante direção perceptiva, destacado o empreendedorismo social por: gerar dinamismo e objetividade; gerar resultados sociais de impacto; criar capital social; resgatar a auto-estima e a visão de futuro; ser dinâmico, cativar e motivar as pessoas ao engajamento cívico; ter ênfase na geração de novos valores e mudança de paradigmas; ter na inovação, na criatividade e na cooperação os pilares de suas ações.

8 MODELOS DE GESTÃO APLICADOS AO TERCEIRO SETOR.

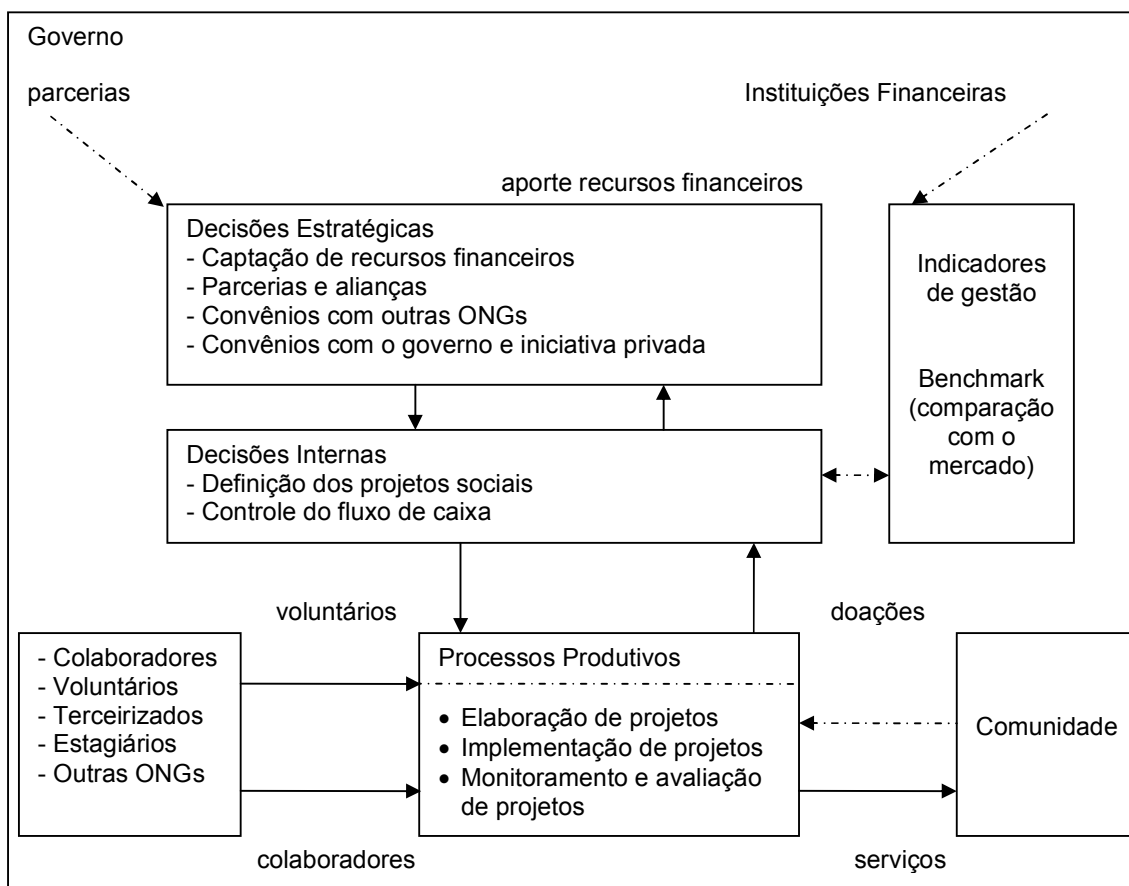
Estudar modelos de gestão aplicados ao Terceiro Setor não significa categorizar um exemplo a ser seguido por todos os grupos, mas sim, um referencial de gestão dinâmico e adaptável às diferenças de cada organização.

Tachizawa (2002) acredita que os modelos mais tradicionais propõem uma forma particular de como a organização não governamental – ONG pode melhorar suas estratégias sociais, segundo sua missão e visão. Este modelo de gestão identifica as estratégias genéricas aplicáveis a esse tipo de organização; hierarquiza as decisões necessárias no processo de gerenciamento em estratégias e operacionais; e identifica os diferentes agentes e entidades que se integram à ONG.

Para que o modelo de gestão de uma organização não governamental tenha resultado positivo, é preciso diagnosticar e gerenciar suas ações de fora para dentro, e do geral para o particular, estando fundamentada, segundo Tachizawa (2002), nos seguintes pressupostos:

- Identificar as estratégias genéricas para cada tipo de organização;
- Hierarquizar o processo decisório em níveis baseados no foco estratégico decidido para a finalidade da entidade;
- Direcionar decisões a partir das necessidades identificadas à operacionalização das atividades;
- Dividir as atividades em dois níveis: estratégico e operacional, ambos trabalhando em sinergia com outras ações desenvolvidas em áreas diferentes;
- Definir, através do nível estratégico, as regras de decisões para o nível operacional, que, por sua vez, retro-alimentam a camada decisória de nível superior com dados dos eventos ocorridos em seu nível operacional.

A Figura abaixo descreve a organização dentro do ambiente onde atua, enfrentado as diferentes influências das variáveis ambientais e interagindo com os *stakeholders* – qualquer ator, pessoa, grupo, entidade, que tenha uma relação ou interesse, direto ou indireto, com ou sobre a organização, que são seus diferentes públicos, para satisfazer as suas expectativas.



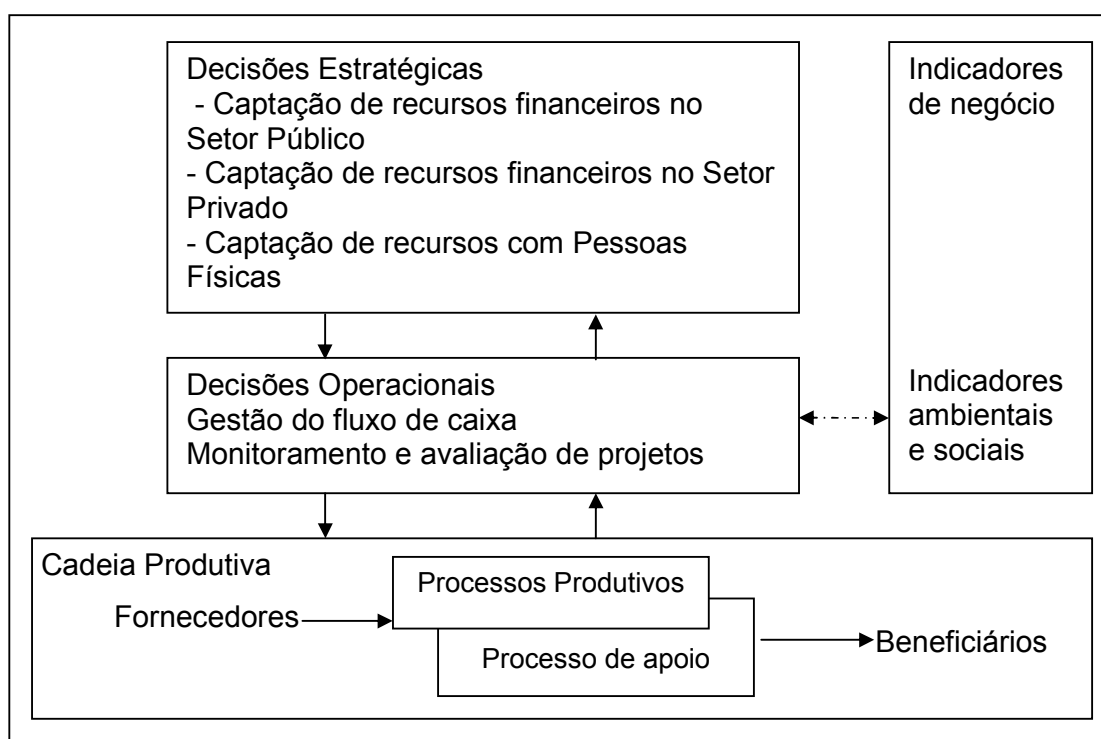
Fonte: adaptado de Tachizawa (2002).

Figura 13: proposta de modelo de gestão aplicada ao Terceiro Setor.

Em relação às estratégias de parcerias e gestão com pessoas, sugere-se que as ONG's tenham o aporte de uma estrutura mínima indispensável, como pessoal fixo com vínculo empregatício, e esse capital humano precisa possuir conhecimento e capacitação suficiente para o alcance dos objetivos no cumprimento da missão da organização.

Os demais elementos, que podem variar de acordo com o volume de atividades inerentes aos projetos sociais a serem desenvolvidos, podem ser mobilizados e descontratados em função da flutuação da demanda. Porém, a estruturação mínima permite às organizações sociais, tal qual às empresas lucrativas, uma permanência do ciclo de aprendizagem e desenvolvimento, conforme abordado nas técnicas de gestão e desenvolvimento organizacional, estudados em Administração. (TACHIZAWA, 2002, p. 150).

Como estratégias financeiras, o modelo de gestão sugere enfatizar estratégias na captação dos recursos financeiros, necessários para a prática de seus projetos sociais. Essa captação pode-se dar em fontes governamentais, organizações não governamentais e organismos financiadores internacionais, empresas e pessoas físicas na forma de doação e parcerias específicas. As estratégias financeiras abordadas pelas organizações são consideradas importantes em dois níveis: estratégico (obtenção de recursos financeiros) e operacional (gestão dos fluxos de caixa da ONG) demonstrados na Figura 14.



Fonte: adaptado de Tachizawa (2002).

Figura 14: hierarquização das decisões financeiras.

Para Montaño (2005) outro recurso em benefício direto para gestão e capacitação das ONG's são as tecnologias da informação, que possibilitam a otimização dos desempenhos das instituições e permite também ampliar as fronteiras físicas das organizações.

A expansão virtual permite melhor integração entre as organizações e seus parceiros no desenvolvimento de suas atividades, bem como os colaboradores que

exercem algum trabalho externamente. A virtualização tem se delineado, no último século, como a grande oportunidade das entidades sociais adquirirem capilaridade em vários segmentos da sociedade, e atingirem níveis de influência internacional jamais vistos, a exemplo do que ocorre com grupos como o *Greenpeace*, *Ashoka*, *SOS Mata Atlântica*, *Endeavor* e tantos outros.

Quando se destaca este processo, é importante perceber que não se trata apenas de páginas ou endereços virtuais individuais de cada ONG, que facilitam transações, editais e processos gerenciais. Aborda-se um conceito de maior amplitude, que é a influência ideológica e direta exercida por estes através de grupos e mídias sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Orkut* e *Live Menseger*.

O acompanhamento dos indicadores de gestão propicia às organizações avaliar os projetos sociais que estão sendo desenvolvidos, bem como todas as atividades que compõem a ONG. Eles também dão condições de perceber os índices e níveis de influência que cada entidade consegue exercer sobre seus próprios colaboradores e sobre a comunidade em geral.

9 ANALISANDO EXEMPLOS DAS PRÁTICAS DE GESTÃO EM AÇÕES SOCIAIS: UMA INTEGRAÇÃO ENTRE TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO SOCIAL.²¹

Diante das práticas de gestão aplicadas ao Terceiro Setor, existem exemplos de ações desenvolvidas e fundamentadas nesta vertente que corroboram diretamente para um entendimento amplo das propostas a serem alcançadas, e se apresentam como parte importante para a construção de um arcabouço teórico que desenhe, de maneira singular, a atuação de entidades sociais e as transformações que podem ser geradas no âmbito local das comunidades.

Nesse tocante toma-se como ilustração o trabalho desenvolvido pelo Instituto Elos. Trata-se de uma ONG fundada em 2003 por um grupo de arquitetos urbanistas. O grupo parte para suas atividades tendo como princípio uma lógica de gestão: formar líderes e dotar comunidades de força, espiritualidade e conhecimento para serem combustíveis da transformação social. Assim buscam agir utilizando-se da motivação e descoberta própria da sociedade como alicerce para a construção de uma identidade social que busque promover o desenvolvimento sustentável.

A entidade trabalha em uma base conceitual onde afirma que mudanças positivas e duradouras nas comunidades têm que vir de dentro desta, em vez de ter uma forma “assistencialista”. A ONG ajuda as comunidades a descobrir sua energia de mobilização latente, seus recursos e sua confiança. Para o Elos, as comunidades podem se ajudar melhor se forem inspiradas por um espírito empreendedor, e se trabalharem de forma coletiva para o bem comum.

No processo de trabalhar juntos, se inicia o trabalho lento de consertar o tecido social, restabelecer uma conexão com a sociedade e o sentido de ser cidadão, transformando o desespero em orgulho e independência. Em caráter local, o grupo trabalha com comunidades carentes no litoral paulista, e suas atividades e experiências têm se multiplicado por toda a América Latina.

²¹ O texto apresentado neste capítulo é baseado em dados extraídos da palestra de Mateus Paiva Silva, coordenador de núcleo do Instituto Brasil e multiplicador do Instituto Elos para a região Nordeste do Brasil, ocorrida em 30/10/2009 no Auditório da Faculdade Social da Bahia – FSB, e complementada com informações do portal www.institutoelos.org.br acessado em 02/11/2009.

Para estender seu alcance e impacto, também realiza dois tipos de programas externos migratórios: jogos oásis - dois dias para comunidades inteiras - e um programa vivencial de 30 dias de treinamento chamado Guerreiros Sem Armas para jovens lideranças comunitárias do mundo inteiro.

Através destes programas o Instituto Elos realiza intervenções em comunidades carentes, de maneira a desenvolver nestas os princípios em que o grupo acredita, e dotar as pessoas de toda motivação e capacidade possível para que sejam os agentes condutores de uma nova realidade. Focando suas ações nas raízes da desesperança, desempoderamento e desintegração social, particularmente em comunidades marginalizadas, o Elos impulsiona um movimento de transformação social e eliminação da superdependência do Estado.

Todas as atividades proporcionam experiências e desafios que cultivam habilidades, confiança, e atitudes positivas. As pessoas saem inspiradas para agir nas suas comunidades e equipados com técnicas para trabalhar juntas, de forma cooperativa.

Com o investimento de tempo em um número pequeno de pessoas, a expectativa é que esses esforços iniciais reverberem pelas comunidades de cada participante do processo de imersão, ou, como citado pelos dirigentes do grupo, “uma acupuntura social” com intervenções pequenas que podem resultar em um grande impacto.

Os resultados obtidos pelas atividades de formação de lideranças promovidas pelo Instituto Elos demonstram como diversas outras entidades sociais poderiam usufruir das técnicas de gestão para o desenvolvimento de suas ações locais. O perfil de encorajamento gerado pela atividade consegue penetrar e alcançar seus objetivos de maneira que as pessoas apenas não recebam benefícios, mas que aprendam o caminho para construí-lo, imprimindo o caráter de sustentabilidade.

Tal qual os princípios adotados pelo Elos, a ONG Agendha possui em suas áreas de atuação a formação de lideranças locais, baseados nos mesmos critérios postulados nos programas do Instituto. A diferença das ações está no entendimento dos comportamentos em caráter regional.

Com vasta experiência por trabalhos desenvolvidos em comunidades quilombolas, ruralistas e urbanas, estas últimas geralmente marginalizadas, a Agendha busca antecipadamente entender as histórias e origens daquele estrato

social, do recorte a ser trabalhado, cooptando forças em suas próprias raízes locais, fazendo com que as comunidades percebam e aceitem a realidade atual, buscando soluções para seus problemas. Neste sentido, o processo de aceitação apresentado pela Agendha se refere à comunidade perceber suas deficiências, e achar no contexto das desesperanças forças próprias que os impulsiona à construção de um novo estado social.

Assim, a Agendha se apresentou como parceira fundamental nos projetos de extensão analisados nesta obra, contribuindo para a preparação dos estudantes e da comunidade estudada para a formação de líderes.

Respaldados no modelo de intervenção proposto pelo Elos, as ações desenvolvidas no município de Paulo Afonso, no projeto de extensão Criança Feliz, com os estudantes do curso de Administração da Faculdade Sete de Setembro apresentaram o objetivo de reproduzir a ambientação e atitudes de gestão praticadas e defendidas pelo grupo, de maneira a perceber os impactos gerados e como este tipo de intervenção pode ou não ser subsidiado por uma instituição educacional. Os resultados destas intervenções e experiências servem de escopo e arcabouço para análises específicas que respaldam o desenvolvimento desta pesquisa.

10 PARCERIAS SOCIAIS: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TERCEIRO SETOR.

A pseudo-racionalidade percebida em torno das parcerias sociais permite que o vão destacado ao Terceiro Setor se desenvolva de maneira incerta, sem qualquer tipo de perspectiva real de sustentabilidade. Cavalcanti *et al.* (2006, p.103) comenta que mais importante que o surgimento das questões sociais é o “aumento de conscientização relativamente à ética e à responsabilidade social, bem como o aumento da necessidade de alianças estratégicas”. No cerne da discussão quanto à formação de alianças estratégicas, as academias apresentam a tendência natural para colaboradoras do processo de qualificação e orientação destes atores sociais.

Maciel Filho *in* Pedrosa *et al.* (2007, p.243) acredita que “as parcerias sociais vem, neste segundo milênio, destacando-se nos debates recentes na academia, contudo, ainda, de uma forma tímida”. Daí, a importância de se estudar alternativas de parcerias e alianças estratégicas entre as instituições de ensino superior e o Terceiro Setor, de maneira a estimular esta discussão e proporcionar um crescimento calcado em bases práticas e teóricas, promovendo o desenvolvimento de uma identidade social pautada nos princípios da sustentabilidade, tanto para os grupos sociais que hora despontam no Terceiro Setor, como para a comunidade acadêmica e principalmente para os núcleos sociais.

É uma constante a crítica acerca do esmorecimento das IES diante de problemas sociais que são exaustivamente estudados, mas que adormecem em prateleiras de bibliotecas, na forma de artigos, pesquisas sociais diversas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atribui aos pilares norteadores (ensino, pesquisa e extensão) o papel de ferramentas legais para promover a aplicação e inclusão destes conhecimentos na sociedade. (BRASIL, 2009)

Estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos do Terceiro Setor da UFBA – NETS²² demonstram que as IES podem, nesse sentido, endossar a aplicabilidade

²²O Núcleo de Estudos do Terceiro Setor da Universidade Federal da Bahia está diretamente ligado à Escola de Administração da UFBA - EAUFBA e desenvolve, neste sentido, além de estudos de caráter sociológico sobre o comportamento do Terceiro Setor, estudos que enfoquem a gestão de entidades sociais. Estas pesquisas têm contribuído, segundo análises do próprio núcleo e do pró-reitor da escola de Administração, de maneira efetiva com a qualidade dos projetos desenvolvidos para aprimorar o perfil profissional do egresso da EAUFBA.

dos referidos pilares através de alianças sociais estratégicas, com intuito de promover a interdisciplinaridade no ambiente da academia, em conexão com a realidade existente no cenário do Terceiro Setor e das comunidades em que estão instaladas estas IES.

Assim, práticas como as desenvolvidas pelo NETS, efetivamente, introduzem os acadêmicos (colocando-se em foco estudantes de Administração) a um ambiente de simulacro, levados a desenvolver habilidades e técnicas empreendedoras.

A necessidade do ambiente de simulacro é comentada e endossada, principalmente no âmbito dos cursos superiores em Administração, por diversos estudiosos a exemplo de Marly Cavalcanti e Marcos Cobra.

Cavalcanti *et al.* (2006, p.127) comenta que “é extremamente benéfica a fixação de parcerias entre academias e ações sociais que permitem aos discentes uma participação direta na vida das comunidades” uma vez que as mesmas seriam importante finco de relações, o que proporcionaria maior humanização no perfil profissional espelhado aos estudantes.

Cobra (2003, p. 207) corrobora com esta visão afirmando que “bons Administradores precisam aprender ainda no ambiente educacional, a estabelecer relações diretas com as pessoas e com a comunidade” acreditando que sem o desenvolvimento desta capacidade, o futuro profissional encontrará dificuldades em adotar um perfil de gestão compartilhada e focada em resultados.

Estas reflexões reafirmam questionamentos que reverberam em todo o cenário das pesquisas sociais, como o papel das academias, que no âmbito social, deve ser ampliado de maneira que seus acadêmicos possam estar em contato direto com as comunidades. Seria possível eliminar os paradigmas do muro do conhecimento, extraindo as barreiras impostas pela condição dos que tem acesso á educação superior. Assim, o contato efetivo das instituições, através de alunos, professores, pesquisadores e demais atores das comunidades acadêmicas, canaliza um ramal que aproxima o conhecimento às realidades de grande parte dos pertencentes à chamada classe excluída.

Montaño (2005) acredita que o ambiente acadêmico deve ser amplamente utilizado para fomento e desenvolvimento de ações, técnicas e tecnologias inovadoras que possam contribuir substancialmente no panorama local em que estão inseridas.

Maciel Filho *et al.* (2007) complementa esta discussão, trazendo à tona o debate sobre a importância da multidisciplinaridade e o papel da academia em busca do desenvolvimento local sustentável. Salomon e Anheier (1992, p. 112) não deixam dúvidas quando comentam estas reflexões, afirmando que:

Torna-se substancial que as instituições educacionais busquem de forma global estar inteiradas á comunidade [...] perde-se o foco da pesquisa e extensão quando esta não ultrapassa os limiares dos conhecimentos teóricos, sendo estes não experimentados e aplicados em outras perspectivas [...] é utópico discutir a inter e multi disciplinaridade quando estas se tornam arquétipos de paradigmas.

A partir da pressão e apelo social, amparados por uma sociedade marginal que necessita de novas estruturas e ações que compreendam características locais, é que, sobretudo nas Academias, a discussão no cerne das questões públicas e de amparo social, bem como seu desenvolvimento, tem evoluído historicamente, conforme nos diz Paulo de Jesus *in* Maciel Filho *et al.* (2007, p.17):

Na academia, a temática desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, desde a última década do século passado têm suscitado grande interesse, haja vista o número de dissertações e teses e de publicações em periódicos.

Com essa contribuição, pode-se afirmar que o debate acerca das políticas sociais “evoluiu e a ele foram integrados outros elementos como os conceitos de capital humano, capital social, boa governança e protagonismo social” (Torreão *in* Maciel Filho *et al.* – 2007, p.66) mas que, todavia, ainda existe uma esfera em torno desta discussão que precisa ser ultrapassada, permitindo que pesquisas e trabalhos ora desenvolvidos sejam efetivamente postos em prática nos núcleos vivos da sociedade, dotados de uma utilidade de abrangência direta, que não a de compor currículos ou incrementar especializações.

No alvo deste debate, a Faculdade Sete de Setembro coloca-se em posição conjuntural, através dos projetos de extensão ora desenvolvidos, indagando-se quanto sua capacidade e capilaridade de aprofundar projetos e trabalhos de pesquisa que respaldem, através da academia, as ações sociais. A IES é uma das poucas de pequeno porte da rede particular de educação que traz em sua bagagem

uma predisposição para a ação de intervenção social, uma vez que, conforme já apresentado, nasce da ousadia e prática social difundidas pelo CERSPA, se constituindo em um passo importante para o desenho de novos cenários para as parcerias sociais e desenvolvimento sustentável, no sentido de avaliar a efetividade destas ações práticas, através da análise do recorte elaborado através de um projeto de extensão, que contempla intervenções em uma comunidade através de ações conjuntas entre IES, Terceiro Setor e comunidade.

11 TERCEIRO SETOR EM PAULO AFONSO: RELATOS E EXPERIÊNCIAS.²³

No contexto das lutas pela democratização, a idéia de sociedade civil organizada serviu para enfatizar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Através dele, os indivíduos e instituições particulares poderiam exercer a sua cidadania, de forma direta e independente.

Esta motivação foi a base para o surgimento, no ano de 1999 na cidade de Paulo Afonso da Assessoria em Gestão de Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecológico - ONG AGENDHA, que se tornou base para os estudos do Terceiro Setor na cidade e região.

A partir de 2002 a Agendha, coordenada por Edvalda Aroucha²⁴, passa a protagonizar diversos projetos, inclusive em âmbito nacional e internacional, que acabam atraindo a atenção da mídia para suas propostas de empreendedorismo social e, compulsoriamente, pelos estudos desenvolvidos por esta na região do médio São Francisco.

Pesquisas desenvolvidas pela Agendha em 2004 mapearam um universo de 209 organizações sociais em Paulo Afonso, classificadas como pertencentes ao Terceiro Setor, um número considerado elevado, se comparado à capital Salvador na relação entidades por habitante.

Devido a características peculiares da geografia urbana do município, o estudo dividiu este em quatro macrozonas, conforme mostra a tabela 3 e ilustra a figura 15:

1. Insular: composta pelos bairros situados na área chamada de Ilha;
2. Sul: correspondente aos bairros Tancredo Neves I, II e III, Rodoviário, Benone Rezende e Vila Matias;

²³ Informações disponíveis no Relatório Final de Resultados do Projeto Pesquisação. Desenvolvido pela disciplina de Marketing Social, no VII período do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Sete de Setembro – FASETE, sob orientação do Prof. Esp. Jacques Fernandes Santos, no primeiro semestre de 2008, e no Relatório de Estudos Analíticos Sociais do Terceiro Setor na cidade de Paulo Afonso e Região, produzido pela ONG AGENDHA sob coordenação de Edvalda Aroucha, no ano de 2004.

²⁴ Edvalda Pereira Torres Lins Aroucha, mais conhecida como Valda, é Pedagoga pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina – FFPP/UPE, Especialista em Educação Ambiental pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF. Fundadora e Coordenadora da ONG AGENDHA e da Rede Bodega de Produtos Sustentáveis do Bioma Caatinga. Membro efetivo da Comissão Executiva da Iniciativa Caatinga, preside o Conselho Municipal de Defesa e Direitos da Mulher do Município de Paulo Afonso – BA. Possui cinco publicações de estudos sociais, sendo destaque “As Fulô do Sertão” no Livro Ecologias do São Francisco e “Uma Proposta de Educação Agroecológica para o Semi-Árido Brasileiro” no livro Educação Ambiental - Caminhos Trilhados pelo Brasil. Atualmente conclui o Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. (Disponível em <http://lattes.cnpq.br/5553332400345392>)

3. Noroeste: composta pelos bairros Jardim Bahia, Clérison Andrade, Prainha, Jardim Aeroporto, Vila Moxotó e Barroca;
4. Rural: composta por comunidades, povoados e vilas do interior do município.

Tabela 3: distribuição das organizações sociais identificadas por Macrozonas.

Distribuição das organizações sociais identificadas nas Macrozonas em Paulo Afonso - Bahia		
Macrozonas	Quantidade	Porcentagem
Insular	75	36%
Sul	21	10%
Noroeste	08	4%
Rural	105	50%
TOTAL	209	100%

Fonte: AROUCHA, 2004.



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor da pesquisa.

Figura 15: mapa para visualização gráfica das Macrozonas determinadas por Aroucha.

Tabela 4: comparativo realizado pela equipe da ONG Agendha.

Quadro comparativo da proporção entre habitantes versus entidades sociais nas cidades de Paulo Afonso e Salvador		
Cidade	Total de Habitantes em 2003 pelo IBGE	Total de entidades sociais em 2004
Paulo Afonso	99.543	209*
Salvador	2.556.429	1.816**

* Segundo dados da pesquisa desenvolvida pela ONG AGENDHA em 2004

** Segundo dados disponibilizados pelo Programa Comunidade Solidária em 2004

Fonte: AROUCHA, 2004.

Estes estudos chamaram a atenção do grupo de pesquisadores da Agendha para o grande número de entidades localizadas na macrozona rural, uma vez que esta área corresponde em média a 10% do total de habitantes, segundo o IBGE (2003).

A inquietação levou o grupo a realizar pesquisas *in loco* na macrozona rural, com o objetivo de investigar os motivos que originaram esta disparidade. Com efeito, foi descoberto que das 105 entidades, apenas 32 estavam em pleno funcionamento.

Não obstante, as entidades encontradas em atividade correspondiam exatamente às de concepção popular, formadas pela iniciativa social de moradores e produtores rurais que se tornaram base para o desenvolvimento pecuário e agrícola da região.

Foi também detectado que as 73 entidades não localizadas se tratavam de associações de moradores ou produtores, criadas em períodos de pleito eleitoral, para fomentar manipulação ideológica e, segundo os pesquisadores que apresentam relatos dos próprios populares, possivelmente usadas para desvio de verbas do poder municipal.

Esta descoberta gerou, no período em questão, uma série de ações dentre os moradores, através de mobilizações promovidas pela ONG, para a moralização das associações de moradores, haja vista que no referido ano ocorriam disputas e campanhas pelas eleições municipais.

Os dados descortinados pela Agendha em 2004 corroboram os conceitos teóricos apresentados nos capítulos anteriores deste estudo onde Montaño, Barbosa, Cavalcanti e outros denunciam a má qualidade da expansão, em números,

do Terceiro Setor no Brasil, pautado em casos como o apresentado pelo município em questão.

Em 2008, estudantes do curso de Administração da Faculdade Sete de Setembro, foram instigados a realizar nova pesquisa e mapeamento de entidades sociais em Paulo Afonso, para fornecer dados que fossem preponderantes para utilização e discussão, no âmbito da sala de aula, na disciplina de Marketing Social, intitulado de Projeto Pesquisação.

Baseados nos estudos desenvolvidos pela Agendha em 2004, e respeitando-se os procedimentos metodológicos utilizados à época, a nova pesquisa revelou a existência de 128 entidades sociais no município, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: número de entidades sociais mapeadas na pesquisa desenvolvida pelos estudantes da FASETE, divididas nas macrozonas estabelecidas pela Agendha.

Distribuição das Organizações identificadas nas macrozonas em 2008 pelos estudantes da FASETE.		
Macrozonas	Quantidade	Porcentagem
Insular	64	36%
Sul	17	10%
Noroeste	05	4%
Rural	42	50%
TOTAL	128	100%

Fonte: Projeto Pesquisação – FASETE – março/maio 2008.

Os dados coletados foram apresentados à Agendha e debatidos no âmbito da sala de aula juntamente com a ONG, sendo um dos principais pontos abordados neste debate a efetividade da mobilização realizada pela entidade para a moralização local no tocante à formalização de associações, e arrocho junto aos poderes públicos para um maior acompanhamento do processo. Com efeito, percebeu-se a redução no número de entidades fictícias. Boa parte das associações, apresentadas em 2004, havia sido fechada, inclusive juridicamente.

O projeto Pesquisação também levantou outros dados relevantes sobre a atuação destas organizações sociais na cidade, identificando que:

- 70% das entidades pesquisadas atuavam de maneira informal, não possuindo a legalidade exigida para este tipo de instituição;

- A informalidade refletia na impossibilidade das entidades pleitearem ou desenvolverem projetos para financiamento e parcerias com órgãos locais, a exemplo da prefeitura;
- Carência de conhecimento técnico e profissional para atuação no terceiro setor;
- Inexistência de apoio profissional local que pudesse atender à demanda das instituições.

Esta pesquisa também revelou que boa parte da população local não está motivada ou engajada com ações promovidas pelas entidades sociais do município, pelo fato de desconhecer suas atividades ou por não entender a atuação destas como fonte segura de transformação na realidade local.

Um dos pontos críticos encontrados pela pesquisa acadêmica, que desenhou o perfil técnico e profissional das entidades pertencentes ao Terceiro Setor em Paulo Afonso, foi perceber dentre as 128 mapeadas, que poucas dotavam de capacidade técnica para atuar no segmento, conforme Tabela 6.

Tabela 6: aspectos sobre qualificação e capacidade de gestão das entidades sociais mapeadas em Paulo Afonso.

ASCPECTOS ATRELADOS À GESTÃO	NÚMERO DE ENTIDADES
Possui profissionais capacitados e qualificados para atuar na área específica de projetos.	5
Desenvolve programas de gestão baseados nos objetivos da entidade.	2
Gestor capacitado para atuar em organizações sociais.	3
Profissionais capazes de desenvolver estratégias para captação de recursos.	4
Prêmios por modelos de gestão implantados.	2

Fonte: projeto Pesquisa – FASETE – março/maio 2008.

Estes dados denotam que dentre o universo pesquisado, menos de 10% consegue provavelmente ter uma atuação profissional pautada em princípios de gestão, atrelada à capacidade de geração e captação de recursos. Esta incipiência colabora para o desenho de um panorama local onde as entidades acabam não cumprindo efetivamente seu papel, por falta de capacidade técnica.

Como resultado destes estudos primários desenvolvidos no projeto Pesquisação, os discentes optaram por selecionar 9 dentre as 128 entidades sociais pesquisadas, que apresentavam maior abertura e condições para aprendizado, e desenvolveram pequenos projetos de formação e capacitação no Terceiro Setor, com o propósito de contribuir para a melhoria destas instituições. A idéia se pautou na promoção de quatro encontros onde os estudantes de Administração demonstraram para as ONG's os seguintes temas: desenvolvimento e gerenciamento de projetos sociais; captação de recursos para projetos sociais e liderança estratégica para comunidades.

Um dos resultados inesperados do mini-projeto foi o despertar de idéias e desejo de mobilização suscitado nos acadêmicos, que culminou com a consolidação de um projeto em parceria com a ONG Agendha.

O objetivo da idéia proposta pelos discentes era capacitar presidiárias no desenvolvimento de atividades artesanais: costura, bordado, modelagem com argila e biscuit, lapidação de pedra sal e desenvolvimento de bijuterias ecológicas com sementes e cascas de frutos e plantas locais como a cabaça, o mulungu, a castanhola e outras. A lógica do projeto se consistia em criar oportunidades para que as detentas mesmo durante o cumprimento da pena fossem inseridas no mercado econômico, gerando renda.

Todo o material desenvolvido foi comercializado no Centro de Artesanatos da Ilha de Paulo Afonso e em vários pontos de grande visitação turística, além da venda para hotéis, bares e restaurantes. Do valor arrecadado com a venda dos produtos, parte foi utilizada para compra de matéria prima, outra parte foi dividida para cada uma das participantes do projeto e depositada em contas judiciais abertas pela justiça em nome das mesmas. Os valores depositados nas contas estariam à disposição no final do cumprimento da pena.

Criado pelos estudantes e amadurecido em parceria com a FASETE, Delegacia Especializada de Apoio à Mulher – DEAM e ONG Agendha o projeto foi aprovado, em 2009, para receber apoio financeiro da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, e beneficiou diretamente 30 mulheres que cumprem pena no Presídio Regional de Paulo Afonso.

A partir dos resultados exitosos desta experiência, surgiram novas inquietações, principalmente por parte dos discentes, sobre a atuação da academia

enquanto um agente fomentador do desenvolvimento local, e que as experiências vividas no projeto Pesquisação demonstraram, efetivamente, ser possível fazer algo mais pela sociedade. Estas indagações foram as grandes responsáveis pelos estudos conseguintes que ilustram esta dissertação.

O Projeto Pesquisação também foi um agente motivador e instigador para que o Prof. Jacques Fernandes buscasse maior capacitação, conhecimento técnico e norteamento acerca da gestão e desenvolvimento de projetos para desenvolvimento sustentável e Terceiro Setor, o que culminou com seu ingresso em 2008 no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco - FCAP/UPE – Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável – GDLS.

Durante o desenvolvimento do estudo Pesquisação, um ponto que suscitou grande atenção foi o nível de envolvimento dos discentes e as mudanças percebidas (ou instigadas) nestes a partir da vivência permitida pelo projeto.

Estas transformações levaram a debates na Instituição, com a participação representativa de algumas entidades pesquisadas, a exemplo da Agendha. Nestes encontros, norteou-se um consenso de que tanto a sociedade local, quanto as Instituições do terceiro setor e a IES poderiam, estrategicamente, buscar soluções de trabalho conjunto, com vista à redução de impactos sociais e para fomentar o desenvolvimento sustentável. Diante do exposto, iniciou-se um processo de entendimento, pesquisa e aprofundamento diante destes três atores: a IES, o Terceiro Setor e a comunidade. Uma vez já apresentados dois destes atores (a IES e o Terceiro Setor) prosseguem-se as inferências perceptivas e cooptadas acerca do principal sujeito do estudo: a comunidade.

12 CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PROJETO CRIANÇA FELIZ E DIAGNÓSTICOS NA COMUNIDADE DA PRAINHA.

Foram detectadas cinco pessoas que se expressavam como lideranças locais: Sra. Gilvanira Silva, Sra. Maria Batalha (mais conhecida por Dona Bacôca), Sr. José Firmino, Sr. José Roque (mais conhecido por Zé Biu) e Sr. Albertino Santos (mais conhecido por Burica). Faz-se questão, nesta pesquisa, de denotar os nomes de tratamento regionais, para poder aproximar o leitor da vivência encontrada pelo grupo pesquisador na comunidade.

Através do contato com as famílias e lideranças, foram delineados aspectos que contam um pouco da história de ocupação e perfil da comunidade da Prainha:

- A ocupação, desde seu início, foi motivada por pessoas que não tinham opção de moradia e, para não ficarem na rua, escolheram o referido local para construir pequenos barracos devido á sua proximidade com o balneário Prainha, área de grande movimentação de munícipes e turistas, o que permitia o desenvolvimento de atividades informais como venda de doces, cigarros, comidas e lanches;
- Um grande extrato destes ocupantes era composto por ex-detentos, desempregados, sendo que nas 46 famílias mapeadas, em 19 os pais já haviam cumprido pena;
- Grande número de adolescentes do sexo feminino, em sua maioria expulsas de casa pelos pais por estarem grávidas de seus namorados. Este perfil foi o responsável por atribuir ao bairro, o título de “celeiro” de marginais e prostitutas de Paulo Afonso, conceito este disseminado popularmente pelos munícipes desde a década de 90;
- O bairro ainda recebe um considerável número de pessoas que ali se estabelecem por conta de problemas no âmbito familiar e desemprego;
- Grande parte das famílias possui casos de dependência química pelo uso de drogas, principalmente álcool, cigarro, maconha e *crak*. Das residências consultadas, em 36 haviam ocorrências neste segmento;
- Expressivo número de famílias formadas por mães solteiras e jovens. Das 46 famílias mapeadas, 22 eram chefiadas por mães solteiras com idades entre 19 e 28 anos;

- Percebeu-se um excessivo número de crianças por toda a comunidade, que ficam durante todo o dia brincando fora de casa e às margens do rio São Francisco, juntas ao esgoto, lixo e animais (Figuras 16 e 17).



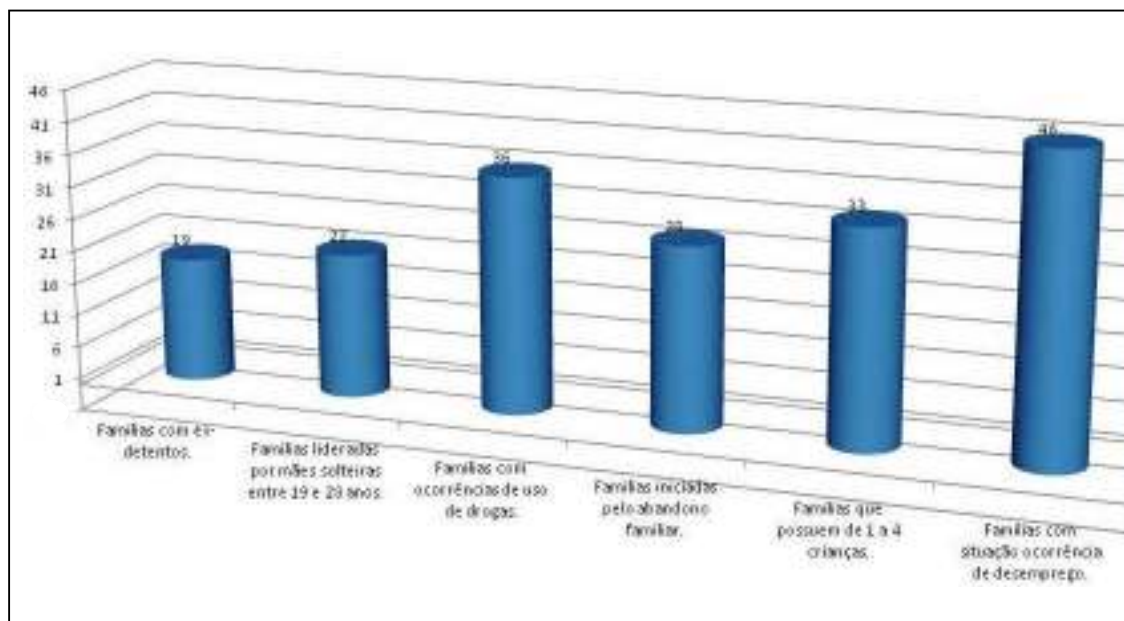
Fonte: Marcelo Duarte, foto em 16/08/2008.

Figura 16: crianças passam dia nas ruas.



Fonte: Marcelo Duarte, foto em 16/08/2008.

Figura 17: lixo e animais livres no bairro.



Fonte: elaborado pelo autor com dados do relatório final do projeto Administradores Sociais, Fasete 2008.

Figura 18: levantamento de aspectos sociais pertinentes às 46 famílias mapeadas.

Diante dos vários problemas locais, os discentes identificaram a falta de uma creche como sendo o escopo para gerar outros transtornos sociais, além dos pré-existentes, uma vez que todas as 46 famílias mapeadas indicaram não poder se fixar em um emprego por conta da falta de assistência aos filhos.

Assim, a proposta delineada no quarto sábado dos encontros de formação e visitas *in loco* (dia 23/08/2008) foi da construção, consolidação e funcionamento de uma creche local, além da consolidação da Associação de Moradores da Prainha.

Através das lideranças descobriu-se que em 2000 os moradores se reuniram e construíram uma creche, através de iniciativa local própria. Verificando a necessidade da instalação de uma creche no bairro, os próprios moradores levantaram um cômodo de 30 metros quadrados, onde várias famílias se revezavam, dando assistência às crianças e oportunizando que algumas mães pudessem trabalhar. Em condições precárias, funcionando sem qualquer tipo de aparato ou normativo legal, numa estrutura onde o cômodo já não atendia mais a necessidade de abrigar uma creche, necessitando de ampliação e reforma urgente, o projeto desenvolvido pelos moradores demonstrava sinais de sua fragilidade. Concomitante, vários problemas e desentendimentos dentro da própria comunidade, além da falta de capacidade para auto-gestão, fazendo com que o modelo da creche solidária não obtivesse êxito. Em 2001 a creche foi fechada e seu prédio alugado. O valor do aluguel era dividido mensalmente entre os moradores que contribuíram com a construção.



Fonte: Marcelo Duarte, foto em 24/08/2008.

Figura 19: prédio da antiga creche do bairro alugado para moradia, com o terreno já cercado por plantas, matagal e lixo.

Numa tentativa de resgatar a atividade, um grupo de cinco moradores tentou em 2005 constituir a Associação de Moradores do Bairro Prainha, para obter maior representatividade diante do poder municipal, atividade que também não obteve êxito.

Várias foram as tentativas de reuniões com a Prefeitura local para viabilizar a construção de uma nova creche, mas questões políticas somadas à falta de articulação dos moradores e morosidade pública, na busca da regularização do território, sempre faziam com que o projeto ficasse para a gestão seguinte.

De volta à sala de aula, os discentes foram levados a formatar o projeto de intervenção, contemplando itens que respondessem às perguntas:

- Como construir a creche?
- Que parceiros poderemos obter?
- Como fortalecer e mobilizar a comunidade?
- Como transformar a comunidade em auto-gestionada?
- Como consolidar a associação local?
- Como obter resposta do poder público e mobilizá-lo, diante a desatenção á comunidade?

No dia 23 de agosto/2008 os estudantes e professor envolvidos no projeto realizaram a quarta visita técnica na comunidade. Nesta ocasião, foi organizada uma reunião na capela existente no bairro. Mobilizou-se o Padre da localidade, as cinco lideranças e representantes das famílias mapeadas.

Nesta reunião, docente e discentes explanaram o tipo de pesquisa que vinham realizando no bairro, e apresentaram uma proposta de ação para poder, em até três meses, deixar uma contribuição efetiva no bairro. Os mobilizadores da comunidade aceitaram o desafio.

Assim, as práticas interventivas de mapeamento e visita *in loco*, apontaram, conforme defendido pelas práticas desenvolvidas e acreditadas pelo Instituto Elos e Agendha, um ambiente e condições favoráveis à condução de uma atividade social que pudesse, intrinsecamente, pôr em prática a tão questionada ação, defendida por Montaño (2005) e Barbosa (2007), tão necessária segundo Maciel Filho *et al.*(2007).

Doravante, teoria, ciência, prática e extensão caminhavam juntas, muitas vezes nem percebidos em sua totalidade pelos discentes, mas num ritmo determinado pela vontade do grupo em se fazer socialmente útil.

13 AÇÕES DE INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE DA PRAINHA.

Os discentes foram divididos em dois grupos: obreiros e educadores.

O grupo dos educadores, composto de seis estudantes, foi o responsável por desenvolver o projeto de articulação e lideranças locais, com cursos e treinamentos na comunidade sobre liderança participativa e auto-gestão social. Este grupo também seria responsável por analisar e discutir os fatores legais do bairro diante da SESES – Secretaria de Serviço Social do município de Paulo Afonso.

Entre os meses de setembro/2008 a outubro/2008 o grupo dos educadores promoveu oito encontros na comunidade, onde cada uma das 46 famílias mapeadas no projeto deveria ter, no mínimo, um participante, além das cinco lideranças já selecionadas anteriormente. Nesta etapa, várias outras famílias foram aderindo ao projeto, sendo que na primeira reunião, em setembro, contava-se com 53 mobilizados, e em outubro, passavam dos 80.

Nestes encontros os educadores consolidaram a Associação de Moradores da Prainha, cumprindo as cinco etapas básicas previstas para constituição da mesma: mobilização, assembléia geral, escrita e debate do estatuto, aprovação do estatut, posse da diretoria e registro legal. Definida a Associação, o grupo dos educadores encontrou um grave problema pela frente: a regularização da área para construção da creche e dos entornos da comunidade.

Uma vez que, apenas parte do bairro havia sido regulamentada pela Prefeitura em 2004, correspondendo a 30% das residências, várias outras ainda estavam construídas de forma irregular, sem escritura nem autorização da área. O fato é que mais de 50% das casas estavam construídas em terrenos da União, cedidos para a Chesf, numa área tecnicamente chamado “área de inundação”.

A referida área, documentalmente, fazia parte da engenharia de segurança do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso, para que, em caso emergencial, pudesse ser inundada, dando vazão para o excesso de água do reservatório.

Desta forma, para uma possível regulamentação da área, seria necessária avaliação por parte da engenharia da Chesf para um novo plano que reduzisse a área de inundação, disponibilizando o espaço para ocupação.

O grupo de educadores, em conjunto com a associação formada, conseguiu uma audiência com a promotoria pública de Paulo Afonso, Chesf e a Prefeitura local, buscando soluções para este impasse.

Em busca à SESES-PMPA, uma vez que o problema já havia sido alvo de discussão em anos passados, o grupo teve acesso ao documento que retrata a questão.

Com o apoio da promotoria local, a superintendência da Chesf, em Recife, foi acionada para uma possível revisão do plano de engenharia, pois, caso comprovada a não possibilidade de alteração do plano, o processo seria invertido, e as famílias solicitadas a desocupar o local.

Apesar dos problemas identificados, a maior preocupação do grupo de educadores era em relação à morosidade de processo, o que, inevitavelmente, frustraria todo o objetivo da atividade de extensão.

Neste ponto, apresentou-se como fundamental o envolvimento, a níveis prioritários, recebido da promotoria pública local que, abraçando a causa e atendendo gentilmente ao pedido pessoal da Diretoria da Faculdade Sete de Setembro, cuidou para que fosse obtida uma resposta final em tempo recorde.

Assim, em quinze dias, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco emitiu parecer, baseado no relatório técnico de avaliação nº 145/2008 (CHESF, 2008), onde autorizava a redução da área de inundação de 400 metros para 200 metros do espelho até a borda, uma vez comprovada a capacidade técnica de vazão, na área adjacente ao loteamento Prainha.

A rapidez na tomada de decisão deu luz à hipótese levantada em anos passados de que já haveria consenso na empresa que esta redução técnica pudesse efetivamente ser realizada. Cumprido o desafio, finalizado em 02/10/2008 o grupo partiu para a efetiva etapa de educação social dos mobilizadores.

Esta atividade teve com objetivo dotar os membros centrais da comunidade da capacidade de se manter em permanente processo de gestão integrada. Nesta etapa entra em cena a ONG Agendha, que disponibilizou através de dois articuladores sociais com experiência nesse tipo de atividade, toda técnica necessária em formação de lideranças.

O apoio dos mobilizadores da Agendha foi fundamental, pois despertou nos discentes uma re-leitura sobre os conceitos estabelecidos pelos mesmos em relação

a gestão social, conforme relata o estudante Marcelo Duarte, em depoimentos existentes no documento final do projeto:

A visão do grupo dos educadores, no começo, era de que conseguiríamos ensinar as pessoas pela aula normal [...] na verdade tivemos que re-aprender a forma de se comunicar, pois não podia chegar para um público onde a linguagem era uma e a nossa outra [...] o pessoal da Agendha me mostrou que se quero convencer alguém da necessidade de algo, preciso primeiro ver a realidade dela [...] incrível é que isso exigiu várias noites nossas com a turma da Agendha, pois não podia chegar na Prainha sem estar pronto, mas ninguém do grupo se cansou ou reclamou, pois todo mundo já tava envolvido. (relatos de Marcelo Duarte *in* FASETE, 2008, p.23).

Assim, a cada momento, o princípio de respeito às raízes e naturezas da comunidade se fazia presente, levando os discentes a perceber a importância da mudança de postura diante dos moradores, e que qualquer tipo de resistência que estes apresentassem, seria risco para o insucesso do projeto, afinal, todos os discentes eram advindos de realidades sociais extremamente diferentes daquelas pessoas.

Foram oito encontros com a comunidade, sempre realizados aos sábados, onde o grupo estabeleceu normas e critérios para o funcionamento da creche, como as famílias se revezariam, horários, mapeamento das famílias com maior e menor número de crianças, entre outros. Os moradores foram conduzidos a estruturar como a creche se tornaria real e viva, pois, a construção era apenas uma etapa.

Por fim, estabeleceu-se o antigo sistema de rodízio, onde duas famílias estariam a cada dia sendo responsáveis pela manutenção das atividades da creche. Para isso, seria necessário o compromisso de cada uma, percebendo que nenhuma das envolvidas poderia falta às responsabilidades, e que o sucesso e durabilidade estava ligado à manutenção dos compromissos e relações, conquistadas e amadurecidas.

Assumir a responsabilidade de coordenar a comunidade em situações de conflito, para garantir a longevidade e atuação do projeto da creche, era um desafio constante, e que conseguiu ser sanado através do grupo de educadores, com metodologias reflexivas que levavam os próprios moradores a debater sobre o ganho social obtido com a união, e a perda obtida com o desgaste.

Em 22 de novembro/2008 o trabalho do grupo dos educadores foi concluído.

Concomitante a esta atividade, o grupo dos obreiros já trabalhava desde setembro no processo de mobilização e construção da creche, mesmo antes do parecer da promotoria pública local e da Chesf. O grupo contou com quatorze estudantes e quinze membros da comunidade, sendo destes, três mulheres.

A área destinada foi o terreno ao lado da antiga creche, mal aproveitado com uma construção de 30m² dentro de uma área de 100m² (Figura 20). A proposta foi apresentada á comunidade que percebeu os desafios e o caminho a ser percorrido para se alcançar aquele objetivo. Todo o trabalho deveria ser feito em 60 dias, entre mobilização, arrecadação de material, construção e acabamento.

O grupo de obreiros se dividiu entre equipe de arrecadação e equipe de engenharia. Parte do grupo (nove membros) se dedicou em conseguir todo o material necessário para construção, reforma e equipação da creche, além de móveis, camas, lençóis e fardamentos limpos e confortáveis para as crianças. O grupo conseguiu apoio de vinte empresas locais.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 27/09/2008.

Figura 20: área ao lado da antiga creche destinada para ampliação.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 25/10/2008.

Figura 21: fase de construção da área de ampliação.

Os outros cinco membros se aliaram aos quinze da comunidade e tocaram a obra (Figura 21), contando com o apoio de quatro pedreiros (já pertencentes ao grupo dos moradores). Além da construção de um novo espaço, a área anterior também foi melhorada, reforçada e refeita (Figura 22).



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 25/10/2008.

Figura 22: a antiga creche em fase de reforma.

Neste grupo também havia moradores que tanto trabalhavam no grupo dos obreiros quanto no grupo dos educadores, e, não obstante, estes eram os cinco mobilizadores de maior respeito, as lideranças que foram identificadas pela própria comunidade.

Este comportamento social dos mobilizadores endossa as práticas defendidas pelo Instituto Elos e pela ONG Agendha, onde a prática social reafirma os conceitos de natureza e respeito criados na própria localidade, que define, de forma natural, quem são os líderes e os liderados.

Outro ponto importante indicado nos documentos do projeto foi o nível de envolvimento dos discentes, sendo marcante o dia da pintura (Figuras 23 e 24), onde estudantes e comunidade se juntaram num final de semana que serviu para consolidar as relações estabelecidas nos últimos quatro meses, preparando inclusive um lanche para a atividade. De fato, haviam se estabelecido laços de amizade e cordialidade.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 29/11/2008.

Figura 23: estudante no dia da pintura.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 29/11/2008.

Figura 24: estudantes preparam lanche.

No dia 13 de dezembro/2008 a creche foi entregue á comunidade. Cada família participou ativamente das reuniões e das atividades da construção do espaço da creche (Figuras 25 e 26).

A creche foi batizada com nome de Criança Feliz, este sugerido pelos alunos e pela comunidade. O nome em questão servia de símbolo para tantos sentimentos justificados e suplantados ao projeto: pelas mães, eternas crianças violentadas; pela juventude muitas vezes perdida; pela grande parte das crianças nas ruas, com infância expropriada.

Assim, em discussões com os próprios estudantes, o projeto de extensão também foi renomeado, deixando de ser Administradores Sociais, para aderir ao nome daquilo que representaria um movimento de transformação social, a Criança Feliz. Toda sociedade da Prainha foi mobilizada e a obra obteve todo o material necessário.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 13/12/2008.

Figura 25: dia da entrega da creche.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 13/12/2008.

Figura 26: estudantes fazem brincadeiras.



Fonte: Jacques Fernandes, foto em 07/12/2008.

Figura 27: vista externa da creche após reforma.

A atitude e mobilização dos estudantes e da comunidade, completamente inusitada, chamou a atenção da Prefeitura local que, já na fase final do projeto, procurou o coordenador da ação para colaborar.

Assim, foi solicitado da mesma a pavimentação da rua da creche, e também assumir as despesas com água, energia, alimentação e produtos de expediente para o funcionamento, além do destacamento de três educadoras e de um grupo do programa saúde da família – PSF, para otimizar o atendimento e benefício social agregado.

A partir da mobilização própria e independente, a comunidade ficou perplexa diante dos resultados alcançados. Muitos afirmavam nunca imaginar que um dia contariam uma creche daquele porte, e o mais importante, fazer com que todos percebessem que o processo partiu da gestão e mobilização de atitudes locais: tudo era fruto da mobilização social e do estímulo às lideranças.

A atividade gerou efeitos significativos e de via dupla: para os discentes, para os profissionais envolvidos e para a comunidade. No grupo dos discentes, os primeiros efeitos percebidos foram no cerne da produção acadêmica, com elaboração de quatro artigos por alunos do projeto, artigos estes constituídos por parte dos extratos cooptados em seus diários de campo, das emoções e dramas compartilhados. No cerne das emoções, os efeitos também foram imediatos.

Vários estudantes advinham de uma realidade extremamente distante da encontrada, e o contexto da pesquisa os conduziu a uma ampla análise do seu papel social enquanto indivíduo e profissional.

Uma vez que a pesquisa, baseada em critérios de pesquisação e construção coletiva de efeitos e resultados, coloca em situação de especial importância as transformações causadas, cita-se um ocorrido já na fase final do projeto. Um dos discentes envolvidos no projeto, membro de família com grandes ramificações políticas locais, acabou por reformular suas relações com o pai, questionando-o sobre o porquê daquelas pessoas da comunidade prainha serem extremamente desamparadas, acolhidas apenas por medidas mitigatórias. A partir da reação paterna, que demonstrou a não corroboração com os fatos, no subterfúgio de que “são apenas pessoas carentes, como milhares existentes” o discente adotou uma postura de vencer um novo desafio, acreditando que:

...é preciso vencer a cegueira de meu pai, [...] ou eu venço este duelo ou terei que convencê-lo a sair da política [...] não entendo qual a lógica de uma pessoa ter o papel de cuidar e representar as pessoas e me dizer que são apenas pobres humildes [...] por mais que doa, por mais que seja estranho eu tenho que buscar fazer isso [...] eu não quero ser assim, ter uma profissão onde eu não cumpro com o meu papel, ate porque se fosse numa empresa privada eu era demitido [...] e aqui, como o povo cobra dele? Num dá né? O povo não pode cobrar dele, ele fica acima do povo. (discente participante do projeto, FASETE, 2008, p. 33)

Com o encerramento do semestre letivo, as avaliações e re-análises das ações implantadas e vivenciadas ficaram marcadas para maio de 2009, onde passados seis meses, os reflexos e resultados ampliados poderiam estar muito mais nítidos, ou não.

14 AÇÕES DE CONTINUIDADE E CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO CRIANÇA FELIZ PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.

Em maio/2009 os dezenove estudantes envolvidos no projeto, na ocasião, alunos do 8º período do curso de bacharelado em Administração, foram convocados pelo professor coordenador do projeto para retornar à comunidade da Prainha e avaliar os impactos do projeto de articulação social e elaboração da creche, como parte determinante para obtenção da certificação final da carga horária de extensão.

A avaliação se norteou dentro de uma pergunta fundamental: que mudou na vida da comunidade, passados quase seis meses do projeto?

Os dados quantitativos apresentados se referem à amostra das 46 famílias mapeadas, dentre o universo das 278 catalogadas pela SESES.

Foi detectado que em 17 famílias da amostra, os chefes (pais e mães) estavam desenvolvendo no momento alguma atividade de trabalho, formal ou informal, e auferiam esta conquista ao fato de ter onde deixar seus filhos. No início do projeto todas as 46 estavam em situação de desemprego.

De forma geral, todas as famílias afirmavam que depois do projeto, a Prefeitura e o Governo do Estado passaram a enxergar a comunidade da Prainha, sendo detectado na ocasião da visita de avaliação que já estava em fase de construção um posto médico na localidade. Também estava previsto para até o final de 2009 as obras para instalação de uma escola municipal, que, até o presente momento, não havia se concretizado.

Foi detectado que em todas as famílias houve uma melhoria significativa na qualidade de vida, principalmente das crianças, das 33 famílias que possuíam de 1 a 4 crianças, onde em 9 destas haviam casos graves de desnutrição e verminoses que, com a efetividade de uma alimentação e higiene regular promovida pelas crianças frequentadoras da creche, praticamente não haviam mais casos deste tipo.

Das 36 famílias com ocorrências de dependência por uso de drogas, em 18 os problemas com álcool e maconha foram aparentemente reduzidos, fato este atribuído pelas mesmas à ocupação do tempo e determinação de novos rumos para a vida profissional.

A melhoria da alimentação e noções de higiene impactadas diretamente às crianças levou as famílias a um ambiente harmônico e desenvolvidor, onde os chefes de família encontram conforto no fato de seus filhos estarem obtendo uma

saúde melhor, e ganham ânimo para buscar novos objetivos e oportunidades de trabalho.

Todavia, 7 famílias, apesar de todo o benefício gerado pela creche, não apresentaram qualquer tipo de evolução, sobretudo na questão trabalho e renda. O grupo percebeu que as famílias alegavam falta de conhecimento sobre qualquer tipo de atividade. Diante das argumentações, foi proposto pelos discentes a estas ingressar em cursos de capacitação profissional no Espaço Social Sete de Setembro, como alternativa para uma possível transformação social. As famílias aceitaram o convite e foram, nos dias seguintes, encaminhadas e assistidas por projetos desenvolvidos pela entidade, que faz parte do grupo educacional Sete de Setembro.

Um dos pontos mais importantes da pesquisa foi, sem dúvida, descobrir que a creche, um projeto antes pensado para beneficiar 46 famílias do bairro, já atingia uma média de 72 famílias beneficiadas, do universo de 278.

Os dados da avaliação do projeto foram coletados diretamente nas famílias mapeadas, e também através da Associação, que mantém o controle da creche, e acompanha o cadastro de cada família atendida pelo projeto. As famílias que conseguem uma fonte de renda colaboram com o que podem doar para a creche, e este valor é revertido para a Associação que administra as pequenas quantias para possíveis necessidades no prédio, além de remunerar uma gestora local, a Senhora Maria Batalha (Dona Bacôca) eleita com unanimidade pela comunidade.

O relatório final do projeto de extensão apresenta um resumo dos pontos positivos e negativos:

- Principais pontos positivos mapeados:

- Produção de conhecimento;
- Manutenção do projeto, seis meses após sua implantação;
- Manutenção da articulação social;
- Consolidação da Associação Local;
- Despertar da assistência pública;
- Melhoria significativa na qualidade de vida da comunidade;
- Resolução da questão jurídica, com regularização da área de invasão;
- Melhor relacionamento entre a comunidade e o poder público;
- Aproximação do meio acadêmico com a sociedade;

- Construção de vínculo entre IES, ONG Agendha e Prainha;
- Principais pontos negativos mapeados:
- Sete famílias (15,2% da amostra) não acompanharam o desenvolvimento social da comunidade;
 - Lentidão na continuidade do processo de regulamentação jurídica das residências e ruas do bairro;
 - Necessidade de agilidade no processo de saneamento e implantação de escola municipal.

No tocante das famílias que não apresentaram evolução social, em todas, o projeto indicou como fator preponderante para o insucesso da intervenção a existência de problemas familiares envolvendo alcoolismo e uso de drogas, sendo estes um dos grandes desafios que a comunidade precisaria enfrentar nos próximos anos para redução progressiva dos casos.

Como principais pontos de ganho acadêmico detectados no segunda semestre de 2009 por parte dos alunos participantes do projeto, o relatório final apresenta:

- Envolvimento multidisciplinar dos estudantes para execução da atividade;
- Contato com experiência prática na simulação e elaboração de projetos;
- Delimitação de temática para pesquisa monográfica de 4 estudantes envolvidos no projeto;
- Elaboração de cinco artigos envolvendo a Temática “desenvolvimento social sustentável”, sendo destes três publicados na Revista Rios, publicação científica da Faculdade Sete de Setembro;
- Mobilização social em torno da ação;
- Reconhecimento local;
- Satisfação e agregação de valor á atividade de Administração;
- Execução plena da proposta do projeto;
- Experiência prática de ação de gestão e intervenção social.

Por fim, percebe-se o nível de envolvimento entre estudantes e comunidade como um fato agregador de grande relevância, como claramente descrito nos depoimentos de Luciana Pereira, discente, e de Dona Bacôca, presidente da Associação, apresentados na avaliação do projeto.

Eu estou no último semestre da Faculdade e sinceramente este projeto veio para fechar com chave de ouro. Não tenho vergonha de dizer que antes de fazer parte deste trabalho nunca me preocupei com a questão social. De repente me vi diante de problemas tão óbvios que nunca me atingiram, mas que tiram vidas. Ver que com um pouco de empenho e dedicação própria nós conseguimos mudar, pois é porque o que eu vi aqui é que nós mudamos a vida dessas pessoas, isso não tem preço. Foi a melhor aula de gestão que tive em todo meu curso de Administração. Me sinto um novo ser humano, e hoje eu vejo que a minha capacidade de liderar e coordenar pode mudar a vida de alguém. (Luciana Pereira *in* FASETE, 2009).

Olhe, eu e esse povo aqui damu graça todo dia porque alguém veio até nois e viu a gente como gente. Esses minino da Faculdade foram como um anjo que veio aqui e ajudou a gente. Muitos são das altas, filho de rico, e comeram aqui na minha mesa, butaram a mão na massa, é como um filho, que vem aqui e ajuda um pai. Eu não tenho nem palavra pra agradecer e dizer que *nóis aprendemo* muito com vocês, e se todo mundo pensasse assim, era tudo milhó. (Maria Batalha *in* FASETE, 2009).

A partir dos resultados encontrados a experiência de implantação do projeto de extensão foi exitosa, gerando importante ganho no arcabouço prático e afirmação do teórico-conceitual.

Após as avaliações *in loco* o grupo de estudantes foi levado a sugerir ações que pudessem ser efetivas e contínuas para o acompanhamento do projeto. Os estudantes verificaram que seria importante manter o acompanhamento constante dos efeitos e ações.

Neste processo, abriu-se a discussão em torno da Faculdade Sete de Setembro, que não possuía um Núcleo de Pesquisa ou setor que pudesse se dedicar ao re-estudo de projetos como este.

A não existência de núcleos de pesquisa que pudessem comportar dados e resultados, tratando-os, atualizando-os e realizando acompanhamentos, fazia com que vários projetos, a exemplo do Criança Feliz, se perdessem no tempo e fossem sempre substituídos por novas propostas, não permitindo uma continuidade.

Por não haver o Núcleo de Pesquisa, a proposta desenhada pelos discentes foi que o projeto de extensão continuasse dentro da disciplina de Gestão do Terceiro Setor, onde em cada semestre um novo grupo de estudantes fosse levado a quantificar os principais dados e buscar novas alternativas para a melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da comunidade.

A proposta foi aceita e endossada pelo coordenador do projeto. Porém, no segundo semestre de 2009 e primeiro semestre de 2010, as turmas participantes da disciplina escolheram caminhos diferentes. Em 2009 a turma não obteve mobilização e os estudantes se demonstraram resistentes em aceitar a proposta para continuidade das observações e ações de intervenção na comunidade Prainha, e preferiram participar do sistema convencional de avaliação. A turma do primeiro semestre de 2010 optou por desenvolver um projeto próprio, focado para o desenvolvimento de um laboratório de práticas na APAE de Paulo Afonso, que também obteve absoluto sucesso.

Percebeu-se assim, pelo coordenador do projeto, que seria difícil obter adesão voluntária e participativa necessárias à continuidade do projeto Criança Feliz, uma vez que as turmas deveriam possuir o poder de escolha dos desafios a serem traçados, sendo um dos pontos efetivos e substanciais do projeto a não obrigatoriedade e livre iniciativa, para não desfocar dos princípios da articulação solidária.

A atual turma da disciplina de Gestão do Terceiro Setor, segundo semestre de 2010, optou por realizar uma intervenção social na Fundação de Amparo ao Menor de Paulo Afonso - FUNDAME. Mesmo com a não continuidade das ações de intervenção da prainha, todas as turmas, até a atual, realizaram visita *in loco* no bairro Prainha para conhecer o primeiro projeto de intervenção, e para coletar informações que demonstrem o funcionamento e continuidade.

A última destas, em 09/10/2010, coletou os seguintes pontos relativos ao projeto realizado em 2008 e a comunidade em questão:

- Tanto a creche quanto a associação de moradores continuam fortalecidos e em pleno funcionamento;
- O bairro ainda apresenta os mesmos problemas relativos à urbanização, saneamento, educação e segurança;
- A creche apresenta necessidade de reformas em sua área externa e interna, bem como a troca de cobertores e alguns colchões, e parte desta restauração será feita com parte da renda da associação;
- O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS iniciou o processo de acompanhamento em algumas famílias e vem ampliando sua atuação a cada dia, em parceria com os agentes do programa saúde da família;

- Ainda são constantes os casos de dependência pelo uso de drogas;
- Percebeu-se a ampliação de pequenos empreendimentos no bairro como mercadinhos, padarias, lanchonetes e *lan-houses*.

A partir de uma mobilização concentrada em ações que não fossem mitigatórias, mas sim, duradouras, tendo por base a educação e o desenvolvimento da estima social, os moradores da Prainha, longe de qualquer estatística ou previsão que pudesse ser alocada, foram capazes de absorver plenamente a proposta da construção não apenas da creche, que se torna símbolo deste processo, mas sim a proposta da continuidade social. Os moradores mostraram que quando estimulados, orientados e motivados, são capazes de construir um novo panorama, e de permitir transformações duradouras em sua comunidade.

Os estudantes mostraram que a academia é um ambiente ideal e adequado para a mobilização de práticas que suscitem a transformação social, obtendo como consequência sua própria evolução. Os ganhos obtidos são múltiplos, desde o nível conceitual e acadêmico ao profissional e social. As ações desenvolvidas pelo projeto de extensão abriram um importante leque de discussões no âmbito local. A capacidade de um grupo de estudantes em mobilizar a articulação social parecia dar ampla ênfase para a incipiência dos poderes locais em executarem ações sociais das mais simples às mais complexas.

O projeto Criança Feliz foi destaque no I Fórum Regional de Políticas Públicas Sociais, promovido pelo Unicef, Unesco, ONG Agendha e Opara onde o pesquisador Jacques Fernandes apresentou a lógica da mobilização e seus efeitos. A experiência foi elencada como caso efetivo de ação local para o desenvolvimento sustentável de comunidades do São Francisco. O Fórum encerrou suas atividades conclamando as IES e entidades sociais de toda a região a abraçar a parceria, a exemplo do praticado pela FASETE e ONG Agendha, como uma atitude proativa e necessária, na eminente necessidade de adotar posturas efetivas.

Assim, como item substancial desta dissertação, por acreditar na relação de ensino, pesquisa e extensão como ambiente favorável ao desenvolvimento de parcerias sociais concretas e efetivas, o autor apresenta uma proposta para subsidiar a criação de um Núcleo de Pesquisas Sociais na Faculdade Sete de Setembro, com finalidade de receber, conceber e coordenar atividades a exemplo do projeto em questão, dando maior respaldo e projeção no âmbito acadêmico para as ações de cunho científico e social promovidas pela Instituição.

15 PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISAS SOCIAIS DA FASETE – NUPESF.

15.1 JUSTIFICATIVA.

A partir das experiências vividas com o projeto de extensão Criança Feliz, percebeu-se a necessidade da criação de um setor específico na Faculdade Sete de Setembro para o acompanhamento, controle e continuidade das atividades de pesquisa e extensão na área de administração

A iniciativa começou a se desenhar pelo fato da não continuidade dada ao projeto de extensão tratado neste trabalho, no âmbito da FASETE, tendo em vista o fato mesmo ainda ser tratado como atividade ligada a uma disciplina da grade curricular. Executado em 2008, o projeto não mais obteve ações de desenvolvimento e ampliação do campo estudado, por não estar amparado de uma infraestrutura e equipe técnica que promovam novas perspectivas para a comunidade.

Nestes dois últimos anos, tomando, por exemplo, apenas o projeto aplicado à comunidade da Prainha, novas análises e pesquisas já poderiam ter sido desenvolvidas, que buscassem promover estudos e ações à função de atuar em outros problemas locais, como a questão dos dependentes químicos, das relações humanas sociais e familiares, da desempregabilidade de detentos, além de abraçar outros projetos desenvolvidos no âmbito dos Departamentos de Direito, Administração, Letras, Turismo e Sistemas de Informação da FASETE.

Assim, como meio norteador para a continuidade de ações, com vistas a impetrar a sustentabilidade destas, além de disseminar pesquisas e estudos para o desenvolvimento local, apresenta-se a seguinte proposta para a implantação do Núcleo de Pesquisas Sociais da Fasete – NUPESF.

15.2 OBJETIVO GERAL.

Dar respaldo e continuidade a projetos e pesquisas sociais desenvolvidas no âmbito dos departamentos de Bacharelados e Licenciaturas da Faculdade Sete de Setembro, garantindo que estas se tornem exequíveis e permanentes em caráter institucional.

15.2.1 Objetivos específicos.

- Normatizar e organizar, no âmbito da Fasete, o processo de pesquisa e extensão para o campo das ciências sociais e aplicadas;
- Desenvolver um ambiente favorável e oportuno para docentes e discentes empenharem projetos de pesquisa e extensão;
- Produzir e organizar ensaios, artigos e monografias das pesquisas realizadas para publicação na revista científica da FASETE, Revista Rios, entre outras;
- Dar respaldo e visibilidade à pesquisa e à extensão na comunidade acadêmica;
- Buscar fontes de recursos que garantam a continuidade dos projetos e ações;
- Apoiar e deliberar sobre eventos de iniciação científica e pesquisas desenvolvidas pelos cursos da Faculdade Sete de Setembro;
- Catalogar, preservar e divulgar resultados, dados, estatísticas e arcabouços de pesquisas, de maneira a estabelecer um banco de consulta fiel e acessível a discentes, docentes e pesquisadores, posicionando a Fasete como entidade de referência em Paulo Afonso no fornecimento de conhecimento e ciência para estudos locais ou regionais.

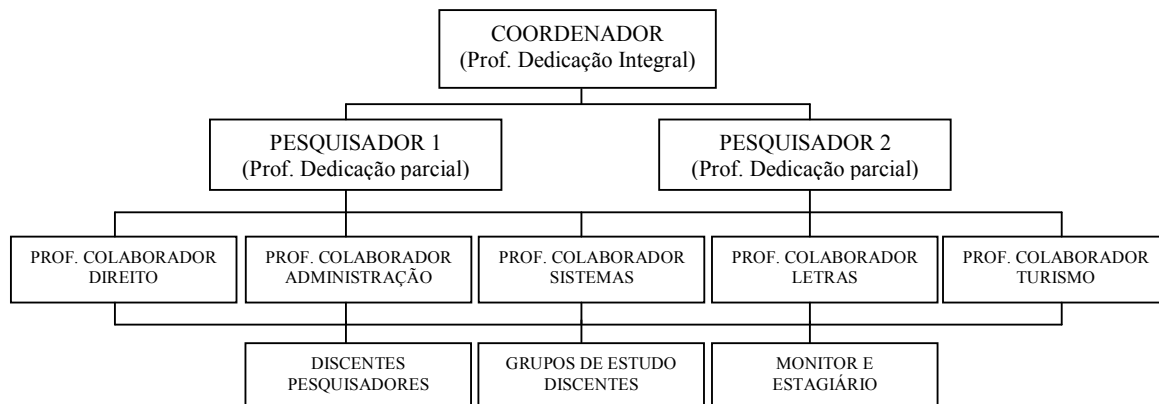
15.3 METODOLOGIA.

O NUPESF funcionará como agente inter, multi e transdisciplinar, abraçando os trabalhos de pesquisas sociais no âmbito de todos os cursos e departamentos da FASETE. No entanto, para concretude de sua implantação, iniciará abraçando dois projetos de pesquisa e extensão já desenvolvidos pelo Departamento de Administração da instituição: projeto criança feliz e projeto transformadores sociais (tutorias para o Espaço Social Sete de Setembro - ESSETE).

15.3.1 Organograma – estrutura.

O núcleo contará com uma estrutura enxuta e direcionada, dando prioridade aos estudos já existente, sendo composto por três professores titulares (um Professor coordenador com dedicação integral e dois Professores pesquisadores

com dedicação parcial) e cinco professores colaboradores, sendo um de cada curso da instituição, conforme ilustra a figura 27.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

Figura 28: esquema estrutural (organograma) para o NUPESF.

Estes acompanharão as atividades desenvolvidas pela base do núcleo, composto principalmente por discentes, divididos em grupos de: pesquisadores, estudos, voluntários e monitores. As ações e responsabilidades destes grupos se caracterizam a seguir:

- Coordenador de Núcleo: docente da Faculdade Sete de Setembro, contratado pela instituição em regime de dedicação integral, que atuará diante do NUPESF concomitantemente às suas disciplinas lecionadas. Responderá diretamente pelas ações e atividades desenvolvidas do núcleo, representando-o junto à Diretoria Geral, Conselho de Cursos e Conselho de Pesquisa e Extensão da Faculdade Sete de Setembro.
- Pesquisador 1 e 2: docentes da Faculdade Sete de Setembro, contratado pela instituição em regime de dedicação parcial/CLT, sendo destacada carga horária específica (acréscimo de 50% da carga horária curricular) para atuação no NUPESF, que trabalharão diretamente com a coordenação de núcleo, desenvolvendo planos de ação para as pesquisas em andamento, envolvendo a comunidade acadêmica através dos Professores colaboradores e discentes atuantes. Serão responsáveis pela interlocução de atividades e reuniões dirigidas com os demais membros do núcleo, acompanhando e determinando a efetividade da produção científica.

- Professor colaborador: docentes da FASETE (pelo menos um por curso) com atuação correspondente a 30% adicional da sua carga horária curricular. São responsáveis por realizar a ligação do núcleo com discentes, indicando e selecionando alunos para atuação em projetos de pesquisa, como também identificando novos projetos e ações que possam ser incorporados ao NUPESF.
- Discentes pesquisadores: alunos dos cursos de graduação e pós-graduação *Lato Sensu*, escolhidos através de processo seletivo para atuarem nas pesquisas já em andamento (Criança Feliz e Monitores do ESSETE).
- Grupos de Estudos: discentes selecionados que desenvolvem, juntamente aos professores colaboradores, novas pesquisas e temas que podem ser institucionalizados pelo Núcleo.
- Monitor e Estagiário: dois discentes pesquisadores que receberão bolsa auxílio de 50% do valor de suas mensalidades, concedida pelo Núcleo para atuarem na organização das atividades administrativas do NUPESF.

15.3.2 Plano de ação.

O NUPESF atuará, em seu primeiro ano, baseado no seguinte plano de ação e compromisso de metas:

PERÍODO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ EXECUTORES
PRIMEIRO TRIMESTRE	-Implantação e aprovação do Núcleo junto ao Conselho Diretivo e Conselho de Pesquisa e Extensão; -Organização de espaço próprio e divulgação da consolidação; -Definição da comunicação visual do NUPESF; -Seleção de Professores e discentes do Núcleo; -Determinação do plano de atividades para o primeiro ano, dividindo tarefas e metas; -Divulgação do NUPESF nos meios disponibilizados pela IES; -Incorporação dos relatórios de pesquisa e extensão dos projetos Criança Feliz e Monitorias ESSETE.	Coordenação e Pesquisadores 1 e 2.
SEGUNDO TRIMESTRE	- Avaliação do atual estado dos projetos alocados ao núcleo; -Delimitação de 1 Monitor e 1 Estagiário para atuação em atividades administrativas do Núcleo; -Organização das visitas em campo e produção de medida de avaliação para determinação de novas metas para os projetos; -Discussão de propostas e determinação de ações de continuidade dos projetos atuais, através da audição do coletado com professores; -Aplicação de pesquisas e ações de continuidade e pesquisa nos projetos atuais.	Coordenação, Pesquisadores, Colaboradores e Discentes Pesquisadores.

PERÍODO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS/ EXECUTORES
TERCEIRO TRIMESTRE	-Aplicação de ações de continuidade e pesquisa nos projetos atuais; -Organização de avaliação das ações; -Organização dos primeiros grupos de estudos e análises de propostas para o segundo ano; -Criação de página na internet, no site da FASETE para promover visibilidade às atividades e produções do NUPESF.	Pesquisadores, Colaboradores e Discentes Pesquisadores.
QUARTO TRIMESTRE	-Avaliação e coleta de resultados das pesquisas e ações de continuidade promovidos nos projetos atuais no segundo e terceiro trimestre; -Organização dos resultados em relatórios de pesquisa e orientação na produção de artigos e escritos sobre as ações; -Encaminhamento das produções para publicação; -Divulgação de balanço das atividades do primeiro ano e de aceites de publicações do núcleo em meios científicos, escritos e eletrônicos; -Aceite, formalização e início das atividades dos novos grupos de estudos.	Coordenação, Pesquisadores, Colaboradores e Discentes Pesquisadores.

15.4 ESPAÇO FÍSICO.

Será alocada, para abrigar o NUPESF, uma sala de 8m² no grupamento das coordenações, localizado no prédio sede da FASETE, 2º andar, onde também está localizada a coordenação do curso de direito e a sala da equipe de suporte multimídia. A sala deve contar com mesa, cadeira, 1 computador com acesso a internet, 2 arquivos e ramal com linha disponível.

15.5 FONTES DE RECURSOS.

Para a manutenção das atividades do Núcleo de Pesquisas Sociais da Fasete, serão cooptadas variadas fontes de recursos que colaborem com a concretude da proposta, dotando a equipe, sobretudo, de condições de trabalho favoráveis ao bom andamento e motivação dos pesquisadores envolvidos. Assim, elencam-se as fontes selecionadas:

- Fundo para pesquisa e extensão da FASETE: conforme previsto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI a Faculdade Sete de Setembro através de seu Conselho de Pesquisa e Extensão - CPEX determina que seja direcionado para o fundo o valor correspondente a 0,5% de cada mensalidade paga por estudantes da instituição. Esta verba é rateada pelo CPEX para as atividades de pesquisa e extensão. Todavia, como não existem, ainda,

núcleos de pesquisa ou grupos de estudos estabelecidos na instituição, este valor, provavelmente, será alocado em sua totalidade para o NUPESF.

- Programa de seleção de Projetos da FAPESB: a Fundação de apoio e amparo à pesquisa do estado da Bahia – FAPESB abre anualmente seis processos seletivos específicos para submissão de projetos de pesquisa, desenvolvidos por pesquisadores ou núcleos de pesquisa ligados a Faculdades e Universidades privadas no estado da Bahia, financiando projetos que tenham propostas sólidas e seguras para o desenvolvimento de tecnologias e ciências que colaborem para o desenvolvimento sustentável. Os valores variam de R\$5.000,00 a R\$ 15.000,00 anuais.
- Editais para apoio a tecnologias sustentáveis do Banco do Nordeste: o Banco do Nordeste, entidade estatal ligada ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico, empresarial e agronegócios para a região Nordeste do Brasil, possui um programa de seleção anual de projetos que financia projetos e pesquisas desenvolvidos por entidades sociais, ONG's, Faculdades e Universidades com objetivo de criar alternativas sustentáveis e renováveis para comunidades rurais e grupos sociais hipossuficientes na forma da lei. Os valores variam entre R\$6.000,00 e R\$12.000,00.
- Diversos outros editais de financiamentos de pesquisas, disponibilizados por entidades a exemplo da CAPES, Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ, Fundação Carlos Chagas – FCC, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, Banco do Brasil, Banco Real – AbnAmbro Bank, Banco Santander, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, além dos fundos específicos para ações e projetos de pesquisa que contemplem a melhoria da qualidade de vida e proteção de crianças e adolescentes, a exemplo de recursos disponibilizados por editais de apoio e financiamento dos Conselhos Municipais de defesa da criança e do adolescente – CMDCA's.

15.6 IDENTIDADE VISUAL.

Para simbolizar e identificar todos os documentos, ações, atividades, meios e áreas que estejam vinculadas ao NUPESF, sugere-se a adoção de uma logomarca

que seja classificada como identidade visual padrão. Esta identidade deve refletir os objetivos do Núcleo e os pilares institucionais da FASETE. Assim, o autor apresenta uma proposta de identidade visual que contempla a seguinte descrição:

- sigla do núcleo em fonte “Futura Md BT em azul marfim, padrão dos setores e departamentos da instituição, com grafia minúscula, atualmente utilizada por denotar modernidade e simplicidade de atitudes;
- sigla envolvida por dois arcos, um azul – cor padrão da instituição, outro verde – cor geralmente adotada para as ações de meio social e sustentáveis, representando um movimento de ciclo e continuidade, princípios adotados pelo núcleo e pela instituição.



Figura 29: proposta de logomarca (identidade visual) para o NUPESF.

A atuação na educação superior foi construída através de experiências interativas e integrativas sociais reais, a partir da junção de diferentes atores reunidos em uma discussão comum e objetivos compartilhados; através da parceria entre academia, terceiro setor e comunidade em níveis de equidade, dotando-os do mesmo poder de ação e decisão, criando um ambiente onde pudessem estes indivíduos estabelecer relações humanas de confiança, esperança, cordialidade e espiritualidade.

Como consequência, obtém-se uma ação sistêmica que conduz a transformação de conhecimento em atitude, ciência em prática, com ganhos claros e efetivos em todos os universos:

- Os docentes são convocados a rever suas metodologias e descobrir novas formas de atuar enquanto mobilizadores e articuladores do conhecimento, ou seja, efetivamente educadores;
- Os discentes se permitiram ingressar em um universo antes não compartilhado, e tiveram a oportunidade de alocar conhecimentos de sua graduação para uma ação prática local, com a sensibilidade de estar mudando e trabalhando diretamente na transformação de vidas, amadurecendo e fortalecendo conceitos éticos e conduta social;
- As organizações do terceiro setor descobriram outras perspectivas que as estimularam buscar novas práticas inclusivas, saindo do universo do assistencialismo imediato e caritativo, enxergando a ação social como um campo fértil para a atuação dos novos profissionais ingressantes no mercado;
- O governo, que diante mobilização popular independente e autônoma, se preocupou por sua não atuação, acarretando em perda de legitimidade, e se percebeu pressionado a adotar uma postura mais responsável;
- A academia, que de forma simples e direta cumpriu com seus pilares de ensino, pesquisa e extensão, aproximou comunidade acadêmica da comunidade local, criando oportunidades significativas de produção científica aplicada, obtendo visibilidade e reconhecimento em todos os espaços sociais, reduzindo o paradigma de exclusividade e seletividade, desenvolvendo a perspectiva de novos horizontes para quem a vida se encarregou de refutar os sonhos;

- A comunidade, que se vê valorizada, que se mobiliza diante do mínimo apoio recebido, gerando a força necessária a construção de novos panoramas, que se motiva a trabalhar com esperança;
- O desenvolvimento sustentável, que sai de um círculo vicioso de atitudes incipientes e prova que a manutenção de lógicas efetivas e duradouras depende da mudança dos paradigmas de desenvolvimento aplicados em nosso país.

Assim, ficam evidentes os níveis de transformação e realizações permanentes, que norteiam o desenvolvimento local sustentável, na mudança de realidades sociais, utilizando-se da intervenção social, baseada no entendimento das necessidades e características locais, como uma ferramenta eficaz para a construção de uma nova visão de política pública a ser adota pelo município, pelo estado, pelo Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS.

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **PARTE IV – Mecanismos institucionais de controle das ONGs**. Disponível em http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18037, acesso em 28 de maio de 2009.

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas**. 2002. Dissertação mestrado em engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

AROUCHA, Edvalda Pereira Torres Lins e outros. **Propostas de Políticas Públicas Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável Paulo Afonso/Ba**. Paulo Afonso-BA: Sebrae e Opara – Empreendimentos Agroecológicos, 2004.

ASHOKA – **Empreendedores Sociais** – Disponível em <http://www.ashoka.org.br/main.php?var1=left&var2=srb>, acesso em 25 de maio de 2010.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

BRASIL, Casa Civil do. **Artigo 26**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em 16 de outubro de 2009, às 19:28.

_____, Casa Civil do. **Lei 5.764 de 12 outubro de 1971**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em 16 de outubro de 2009, às 22:15.

_____, Casa Civil do. **Lei 6.435 de 22 setembro de 1977**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em 16 de outubro de 2009, às 20:45.

_____, Casa Civil do. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em 16 de outubro de 2009 às 19:53.

_____, Casa Civil do. **Lei 9790 de 23 de março de 1999**. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em 16 de outubro de 2009, às 22:54.

CAMARGO, Mariângela Franco *et al.* **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

CAVALCANTI, Marly. **Gestão Social, Estratégias e Parcerias**. Redescobrimo a essência da administração brasileira em comunidades para o terceiro setor. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

CHESF, Companhia hidroelétrica do São Francisco-. **Balço Técnico de Avaliação territorial nº 145/2008**. Recife, 2008.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. São Paulo, SP: Cobra Editora & Marketing, 2003.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor**: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2002.

ETHOS. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp. Acesso em 26 de setembro de 2009.

FASETE, Faculdade Sete de Setembro -. **Relatório de Avaliação consultiva**: Projeto de Extensão Administradores Sociais. Disciplina de Gestão para o Terceiro Setor. Orientação: Prof. Esp. Jacques Fernandes Santos. Departamento de Administração. Paulo Afonso, setembro-outubro, 2010.

_____, Faculdade Sete de Setembro -. **Relatório de Avaliação final**: Projeto de Extensão Administradores Sociais. Disciplina de Gestão para o Terceiro Setor. Orientação: Prof. Esp. Jacques Fernandes Santos. Departamento de Administração. Paulo Afonso, maio, 2009.

_____, Faculdade Sete de Setembro -. **Relatório técnico de campo**: Projeto de extensão Pesquisaão. Disciplina de Marketing Social. Orientação: Prof. Esp. Jacques Fernandes Santos. Departamento de Administração. Paulo Afonso, março-maio, 2008.

_____, Faculdade Sete de Setembro -. **Relatório técnico de campo**: Projeto de Extensão Administradores Sociais. Disciplina de Gestão para o Terceiro Setor. Orientação: Prof. Esp. Jacques Fernandes Santos. Departamento de Administração. Paulo Afonso, agosto-dezembro, 2008.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

FILHO, Adalberto. LEITE, Emanuel. GOMES, Fátima. PEDROSA, Ivo. LINS, Luciano. TORREÃO, Nádia. OLIVEIRA, Niédja. JESUS, Paulo de. DANTAS, Sérgio. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Edupe. 2007. Cap. 7, p. 203-236.

GIFE, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas-. **O melhor da rede GIFE:** artigos, entrevistas e reportagens. 1ª Ed. São Paulo, SP: GIFE,2006.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-.**As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002.**Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/fasfil.pdf>. Acesso em 10 outubro de 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-.**Balanço parcial do censo 2010.**Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em 31 outubro de 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2001.

LEITE, Nildo. **Conversando sobre Gestão Estratégica.** Quantum, São Paulo, 2002. Disponível em <www.guiarh.com.br>. acesso em 03/11/2009, as 13:15.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **O campo da comunicação:** discussão sobre seu estatuto disciplinar, in Revista USP, 48, dez. 2000 – fev. 1993.

MACIEL FILHO, Adalberto do Rego. **Empreendedorismo Social:** algumas considerações. IN: MACIEL FILHO,Adalberto.LEITE,Emanuel.GOMES, Fátima.PEDROSA,Ivo.LINS,Luciano.TORREÃO, Nádía.OLIVEIRA,Niéджа.JESUS, Paulo de.DANTAS,Sérgio. Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Recife: Edupe. 2007. Cap. 8, p. 239-268.

MARTINS, Gilberto de Andrade. LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo,SP: Atlas,2000.

MELO NETO, F. P.; FROES, César. **Responsabilidade social & cidadania empresarial:** a administração do 3º setor. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico:pesquisa qualitativa.** 2ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil:** atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE. Curitiba, 2004.

PDI, Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Sete de Setembro-. **Balanço do PDI 2008.** Paulo Afonso, abril,2008.

PEDROSA, Ivo Vasconcelos. **Gestão pública empreendedora e meio ambiente: casos de municípios pernambucanos.** IN: MACIEL

PEREIRA, Marynês Monteiro Freixo. **Academia: Estrutura Técnica e Administrativa.** Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

PPPA, Promotoria pública de Paulo Afonso-. **Pasta 116/2008, caso da invasão Prainha.** Petição. Ministério Público da Bahia. Setembro, 2008.

PRESTES, Maria Luci Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia .** – 2. Ed. rev. Atual. E ampl. – São Paulo: Rêspel, 2002.

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO. **Empreendendo em Educação.** Brasília: Conselho Federal de Administração, n.º65, julho/agosto 2008. 20 p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, Lester. ANHEIER, Helmut. **Dimensões de um setor não profissionalizado.** São Paulo: Makron Books, 1992.

SANTOS, Sandra Maria Margarete dos. Marly. A importância da **captação e gestão de recursos para o desenvolvimento d eprojetos em uma instituição do Terceiro Setor:** um estudo de caso na ONG Agendha. Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Administração. Faculdade Sete de Setembro – FASETE. Paulo Afonso, Maio 2008.

SEIDU, Secretaria de infraestrutura e desenvolvimento urbano-. **Relatório Técnico sobre a invasão Prainha.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, julho, 2000.

SEMF, Secretaria Municipal de Finanças-. **Relatório parcial sobre entidades sociais em Paulo Afonso.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, 2008.

SESES, Secretaria de serviço social-. **Relatório de povoamento urbano.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, julho, 2009.

_____, Secretaria de serviço social-. **Relatório de povoamento urbano.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, julho, 2010.

SMAS, Secretaria Municipal de Assistência Social-. **Relatório anual - balanço de governo: junho/2007 a junho/2008.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, 2008.

_____, Secretaria Municipal de Assistência Social-. **Relatório anual - balanço de governo: junho/2008 a junho/2009.** Prefeitura Municipal de Paulo Afonso-BA, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor:** criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

TORREÃO, Nádia. **Questões de Gênero no Desenvolvimento Local Sustentável.** IN: MACIEL FILHO, Adalberto. LEITE, Emanuel. GOMES, Fátima. PEDROSA, Ivo. LINS, Luciano. TORREÃO, Nádia. OLIVEIRA, Niédja. JESUS, Paulo de. DANTAS, Sérgio. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.** Recife: Edupe. 2007. Cap. 3, p. 59-108.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência.** 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2007.